



MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

WALTER PERACCHI BARCELLOS

1970

WALTER PERACCHI BARCELLOS

MENSAGEM
A
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



1970

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, obediente ao ditame insito no artigo 66, XIV, da Constituição do Rio Grande do Sul, mensagem expositiva sôbre a situação dos negócios do Estado, para conhecimento pelo Egrégio Poder Legislativo do trabalho que vem o Executivo realizando dentro de suas atribuições constitucionais e de seus deveres para com a coletividade, em prol do progresso geral de nossa terra.

Pretende êste documento oferecer, em suas palavras e em seus números, visão sincera do esforço continuado de cada membro da administração pública, em suas mais diversas áreas de responsabilidade, na formulação de roteiros assecuratórios da expansão de nossa economia e do aprimoramento de cada membro da laboriosa comunidade rio-grandense.

No estado moderno — onde o govêrno se fêz; inegavelmente, o principal condutor do processo de conquista do bem estar social, — na ação de governar há menos opções do que condicionamentos, porque governar é exprimir anseios, é ver no desenvolvimento de cada cidadão a condição-base para o desenvolvimento do todo social. Governar é oferta de meios para a descoberta de potencialidades que estão no homem, na terra, na comunicação de uns com os outros. É auscultar para decidir, ser honesto no pensar e no fazer, confiar na grandeza que há em cada governado e na fôrça dos grupos sociais autênticos, formados pela capacidade aglutinadora dos valôres que, comuns, estão vivos em cada cidadão.

Assim creio. E porque sou parte dêste povo a que governo, fiel ao seu ideário, nunca desliguei o ato decisório dêsse condicionamento sagrado que é o reclamo popular. Busquei, seja pela

ação direta dos órgãos governamentais, seja por via indireta, acrescer à medida do possível, o instrumental à disposição de seu impulso de aperfeiçoamento, vendo no trabalho a única forma válida para o progresso, trabalho impregnado de confiança em seus resultados e pelo qual a índole do sul-riograndense se realiza, embora ansiando sempre mais e melhor — pois que esta ânsia, esta expansão de necessidades, é apanágio do homem e marca nervosa do mundo contemporâneo.

Quando, há três anos, assumi a governança do Rio Grande do Sul, estava convicto de que aquêles pessimismo aqui instalado e que era a tônica nos empreendimentos, seria corrigível a curto prazo, — porque não era êle senão decorrência de descompasso entre anseios e instrumentos de ação. Bastaria recompor o quadro do apoio à iniciativa privada devido pelo Govêrno, e os pontos de estrangulamento se desatariam, robustecida a fé do gaúcho em sua capacidade de criar riquezas.

Dentro de um clima de segurança indispensável ao trabalho reprodutivo, o Govêrno resolveu atacar diretamente a infra-estrutura material, onde via alojadas as razões mais notórias da crise de crescimento.

E tal decisão, decorrente de análise realista da situação social e econômica de nosso Estado, conferiu efetivamente à programação física de meu govêrno, uma concentração especial e acentuada dos recursos para investimentos nos setores dos transportes, da telecomunicação e da fôrça elétrica.

Não significaria isto, como de fato não significou, o sacrifício da assistência devida às demais áreas da atividade governamental, participes que são, com sua carga de interêsse público, dos mesmos deveres da Administração para com o povo. A ênfase setorial dada àquela infra-estrutura constitui, no verdade, a estratégia encontrada por um govêrno que se instalava e que tinha bem vivas as suas responsabilidades no ataque direto, a curto prazo, maciço, aos pontos que cerceavam o normal processo do desenvolvimento do Estado. Da eliminação dêsses inimigos das fôrças latentes da comunidade dependia, primacialmente, o sucesso de um plano de ação governa-

mental que globalizaria as demais áreas, notadamente porque incidiam êles sôbre o ânimo popular, sôbre a dinâmica do trabalho, sôbre a elaboração de quaisquer esquemas de ação pública e privada.

Assim, firmando a revisão e ativação dos programas energéticos, de transportes e de telefonia, como preocupação de meu governo, não marginalizei as demais atividades afetas ao setor governamental, mas, ao invés, a estas outorgaria também, com tal decisão, melhores condições para seu desdobramento, eis que por via direta ou reflexa eram dependentes de boa infra-estrutura.

Efetivamente, todos os dados chegados às minhas mãos, de procedência oficial ou não, sinalavam a incrível debilidade daqueles três setôres, cujo ajustamento às reais necessidades de trabalho do gaúcho era missão urgente. Ali se peiavam entusiasmos, acolhiam-se desânimos e, esteiando-se o progresso essencialmente na confiança que cada um deposita na maior ou menor possibilidade de aproveitamento das potencialidades que sua terra lhe oferece, apagar o desânimo, reativar entusiasmos, seria trocar barreiras por caminhos.

Para um povo que sempre viu no trabalho a fonte de seu próprio desenvolvimento, a oferta desses caminhos era essencial, porque nenhum outro canal de enriquecimento subitâneo estava à vista. E mesmo que por hipótese estivesse, o mais sólido caudal de progresso seria sempre o trabalho. Conferir condições seguras para êste era o escopo da ação do governo.

A tarefa de inverter a situação encontrada — e no mínimo tempo possível — era um enorme desafio ante o retrato vivo de então, mas era preciso agir depressa, sem indecisões, pois que não fazia sentido, no contexto da federação, um estado-membro da importância maiúscula do Rio Grande do Sul a andar na passada lenta das esperas, quando pelo país inteiro o nôvo ritmo impresso pela Revolução mostrava resultados surpreendentes em áreas até então de notório retardo.

Dentro dos roteiros da ação a desenvolver, o ajuste administrativo e financeiro com o governo federal — eloqüentemente interessado na eclosão de um processo de desenvolvimento acelerado em todos os recantos do País — constituiu elemento que robusteceu em definitivo minha confiança em que a grande missão de superar o desafio poderia ser alcançada em prazo compatível com as exigências e a capacidade de recuperação do homem de nossa terra. E a pujança do município gaúcho, esteiada na fortaleza moral de sua gente, aliava-se também a essa batalha que mobilizaria toda a administração pública, a empresa, cada cidadão, em prol da conquista de índices de crescimento — em todos os setores — condignos com a labuta diária, a força criadora, o nível de educação, de sanidade, de politização, do gaúcho.

Na linha de frente, como lhe competia por dever e lealdade para com todo o povo, o governo praticou desde a primeira hora aqueles atos decisórios que entregariam ao empresariado, ao colono, ao trabalhador urbano, — com a rapidez possível face a conjuntura financeira do erário, — o capital social básico, a materializar-se notadamente em obras de infra-estrutura reclamadas para o progresso. Dar clima adequado a cada setor da produção, sem paternalismos ou apadrinhamentos zonais, confiante que a só correção das deficiências instrumentais outorgaria ao Estado o otimismo dos resultados objetivos, transformou-se para o governo em fé e meta.

Na realidade, a contribuição rio-grandense para o robustecimento sócio-econômico da Nação não poderia ficar reduzida em suas dimensões, especialmente num momento histórico em que a Revolução de Março coordenava esforços, sem demagogias, para o grande salto que cumpria ser realizado pelo Brasil no escape de uma economia periférica, injusta para o seu homem.

Se, com a exploração extensiva de grandes espaços vazios do país trazidos à produção, entrava em decadência o ciclo rio-grandense de "celeiro do Brasil", e a sensação de riqueza de então se extraviava em abalos no setor primário; se, por outra parte, ficara o Estado praticamente à margem do processo de substituição

de importações que empolgara o setor secundário desde o após-guerra no centro-leste, — e que poderia lhe compensar a concorrência crescente para seus produtos da terra, os quais sofriam ainda com políticas para preço nada alentadoras; se, apesar de tudo, sua solidez estrutural não se truncara ainda, embora retardos propiciados pela timidez de programações governamentais que, se enérgicas e tempestivas, poderiam ter aberto novos flancos para o reverdescimento dos setores em processo estagnativo, — cabia a este govêrno, que cria na rapidez da cura, promover concreta e agressivamente a ação saneadora.

Genêricamente, os campos produziam distanciados da tecnologia adequada a conferir ao amanhã da terra, ao manejo dos gados, índices de produtividade consentâneos com a primacial importância que o setor primário detém na formação da renda e no desenvolvimento social do Estado. A energia escassa, o transporte lento e incerto, a conservação dos grãos assistemática, a comunicação à distância ausente, o capital para reinversão carente ou desencorajado, os preços dos produtos sob contrôle nos mercados que escasseavam, o crédito em condições inadequadas, o combate às pragas, às zoonozes, circunscritos, — tudo contribuía para a formação de um quadro contrário à modernização do estabelecimento rural, à conquista de economicidade no produzir, ao encorajamento à alteração de métodos, à intensificação das culturas.

Pelas cidades, o processo de industrialização não encontrava aquêles pressupostos essenciais ao seu crescimento, entrechocando-se a coragem empresarial na debilidade da infra-estrutura material que lhe era oferecida, onde o racionamento da fôrça elétrica era o inverso do preço desta, constituindo custos de produção pouco competitivos nos grandes centros consumidores, para onde a mercadoria era levada lenta, por transporte encarecido pelas grandes voltas em más estradas, pelos retardos nas estações ferroviárias e nos portos desaparelhados. Capital de giro carenciado levando ao obsoletismo o modo de produzir, apesar da mão-de-obra de excelente qualidade e um mercado interno promissor no crescimento nacional, o empresário gaúcho via-se pouco estimulado em seu anseio.

E a quase ausente telefonia que ligava o Estado ao centro do país, dava o retoque final no quadro de desalentos.

A adequação dos meios com que contava o governo para a colimação de seus objetivos, constitui-se em tarefa urgente, para que se assegurasse o êxito nos novos caminhos que deveria percorrer a Administração na busca do processo de inversão da atmosfera de pessimismo encontrada.

Impunha-se — malgrado os sucessivos regimes deficitários das finanças públicas, combatidas face as dificuldades da produção e do excesso de gastos em custeio — a restauração rápida do crédito do Estado, por isso que nêle se embasaria a confiança do público e do servidor no labor governamental e o direito de assentar condições para financiamentos e benefícios outros indispensáveis à realização dos programas maiores exigidos pela potencialidade expectante da nossa terra. Como resultante de nobre esforço generalizado, que abarcou todos os escalões administrativos, inclusive os dos órgãos autárquicos e paraestatais, — esforço cuja tônica foi a autocrítica dos métodos de gerir a coisa pública e o consequente saneamento dos defeitos que iam sendo evidenciados, viabilizando progressiva economicidade e adequação das estruturas às funções que deviam desempenhar — o crédito voltou. E os recursos que deveriam constituir aquêle capital social básico a ser fornecido pelo governo ao trabalho do povo todo, foram sendo obtidos; os compromissos honrados, as economias-mistas conhecendo o equilíbrio e o capital para reinvestimentos e abandonando o crônico deficit que emperrava suas atividades-fim.

Enquanto corrigia processos de gestão, lançava-se o governo, sem paradas, com adequado auxílio da União, com a qual somava ou repartia tarefas, à superação da crise. Na infra-estrutura material, na social, na administrativa, no campo econômico, implantavam-se projetos, desenvolviam-se serviços, fecundava-se a atmosfera de esperanças, coloria-se o trabalho de otimismo.

O Jacui — via de integração que a natureza doava ao Rio Grande — foi conquistado para o progresso, na eloquência dos projetos viários e energéticos que nele se desdobram. Passo Real,

Passo Fundo, Ernestina e logo Itaúba, são a garantia maior de que a fome de energia de nosso Estado pode ser saciada com seus próprios mananciais. A Termochar e Candiota I e II especialmente complementam a assertiva, auxiliando, com a "Oswaldo Aranha", em Alegrete, o grande salto dos megawatts gaúchos, distribuídos racionalmente pelos campos e pelas cidades em programas do mais elevado alcance social e econômico, aptos a modernizar a lavoura, a impulsionar a indústria para uma fase dinâmica irreversível. Findos os racionamentos, busca-se o barateamento dos custos no conquistado equilíbrio financeiro da empresa estatal e na progressiva desdieselização na usinagem. Os 351 MW de 1967 já são agora 580 MW. E em 1972 serão mais de 1 milhão. E Itaúba, com projetos em fase final, dará mais 500.000 KW antes da metade da década. A grande batalha da energia elétrica está vencida.

A ampliação da navegabilidade do Jacui para 360 Km está em marcha com as obras das barragens do Anel de D. Marco, Fandango, Três Irmãos, — somando-se-lhe o projeto de interligação das bacias Jacui-Ibicuí — e embarcações com até 2m50 de calado irão buscar o fruto da terra fértil para trazê-lo aos centros de consumo e aos portos, estes readaptados com moderno equipamento operacional e aptos, por via de programas em franca execução, a guardar com segurança a produção primária exportável, até seu normal escoamento.

A recuperação de nossa Viação Férrea é outro fato auspicioso para a economia gaúcha, oferecendo transporte adequado já em boa parte aos grãos e à carne, com seus novos ramais em uso ou em construção acelerada, leito livre de crônicas deficiências, estendendo segurança à produção até as terminais.

E as rodovias, em especial, — libertando da lama e do desgaste o caminhão que atinge à mais distante fazenda, a mais isolada lavoura, graças a uma coordenação de esforços dos órgãos rodoviários federal e estadual, — vão cumprindo de maneira crescente seu papel no atual estágio de desenvolvimento gaúcho, de via principal na troca de riquezas. Aceleradas obras da responsa-

bilidade dos governos federal e estadual, abertas novas frentes de ação, visando atingir importantes regiões ainda semi-insuladas do funcional sistema rodoviário em desdobramento, aí estão as grandes troncais norte-sul e oeste-leste conectadas com a dos vales do Jacuí, do Taquari, do Cai, com o Planalto e Alto-Uruguaí, levando e trazendo, já quase totalmente sobre o asfalto, gente e bens, com a rapidez exigida pela vida moderna. Os projetos da Pôrto Alegre/Osório, da Santa Maria/Pelotas, com recursos internos e externos assegurados, as obras do sistema São Vendelino, das estradas multi-nacionais e da ligação do oeste com o porto marítimo pela fronteira, completam a dimensão do equacionamento e solução dada a tão vital matéria para a nossa economia, — solução a se robustecer de imediato com a integração plena do município nessa tarefa, através do projeto para as estradas alimentadoras que, em sua primeira fase já iniciada e com recursos assegurados, abarcará nove mil quilômetros de vias interiores em 118 municípios, liberando de vez o produto primário do isolamento. Destaque-se, outrossim, os serviços de transporte coletivo intermunicipal, fiscalizado pelo Governo e transportando, com segurança e conforto, milhões de usuários — serviços que abarcam as estações rodoviárias das quais a nova, de Pôrto Alegre, é obra condigna com a população que tem no ônibus o seu veículo principal.

Em conexão com o transporte, o sistema de silos e armazéns conquista equacionamento condigno com o papel relevante que detém na elaboração da renda dos setores primário e secundário, — e só a companhia estatal, planos refeitos e financiamentos obtidos, elevará nos próximos 3 anos a capacidade estática de 170.000 toneladas para 414.000, situando suas unidades de conservação em regiões cuidadosamente selecionadas, acompanhando o crescer e o escoar da produção.

Graças à execução de programas que elevaram maciçamente a rede telefônica interna de inúmeras cidades rio-grandenses, e sua interligação a longa distância, carrearam-se ao Estado, pela geração de demanda, as grandes troncais do programa nacional de telecomunicações, abrindo ao gaúcho, pela Discagem Direta-à-Distância, pelo Telex, pelo Teletipo, pela Televisão, aquele contato

existencial com o resto do país, ainda ontem praticamente ausente com apenas 6 precários canais de telefonia.

Nesse ritmo de avanço da infra-estrutura material, a área social a cargo do governo recebia especiais atenções, porque investir sempre mais e mais no homem é a diretriz mais concreta para a conquista do bem-estar e da justiça social. Compreendendo que na aculturação da juventude se multiplicam os fatores do desenvolvimento, os cuidados com o planejamento e a execução dos programas educacionais, abarcando todos os níveis de ensino, acresceram o potencial de recursos humanos do Rio Grande do Sul entregue à obra do progresso nacional. A redução da evasão e repetência, a qualificação progressiva do professorado, a proliferação de ginásios de cultura técnica e orientados para o trabalho, o incentivo à educação de excepcionais e na instauração de modernos meios de comunicação de massa (especialmente através da TV-Educativa que já este ano será realidade) condizentes com a tecnologia e o estágio atual de nossa civilização, são alguns dos aspectos da problemática educacional do Rio Grande do Sul abordados no exercício anterior, com vistas a atuar a educação com um instrumento para o desenvolvimento ao lado de outras formas e atividades de infra-estrutura social.

O planejamento da saúde pública, voltado mais para a prevenção da doença, a assistência à maternidade e à infância e ao saneamento básico, propiciou o deslocamento para faixas etárias mais elevadas dos índices de mortalidade, assegurando ao Estado, — agora com preciso sistema estatístico de saúde — seu lugar de superior destaque no panorama sanitário nacional. A água tratada está hoje presente em mais de 50% das nossas cidades e as redes de esgotos são equacionadas nos principais grupamentos urbanos, em programas agressivos.

Na esfera da ação social, a valorização do trabalhador é uma constante, com programas de aperfeiçoamento da mão-de-obra, dentro da crescente demanda de nosso parque industrial, e a formação de lideranças sindicais atentas aos direitos e deveres da classe, — programas que ganham as zonas rurais, os quartéis. E

a assistência ao menor busca numa ampla reforma de métodos, atingir ao máximo rotas de proteção e encaminhamento social à juventude desamparada, reduzindo a delinquência juvenil no exame realista, em estabelecimentos modelo, da problemática da mocidade. O sistema penitenciário passa por ampla revisão de métodos e estruturas, treinando pessoal, melhorando técnicas, no sentido de que seja humanizado e justo o tratamento especial devido ao apenado.

Para o trabalhador e o funcionário, os programas habitacionais têm oferecido a oportunidade da casa-própria, em moldes acordes com a dignidade da família, — em núcleos urbanos ou na zona rurícola, com a marca do pioneirismo e do sucesso.

E essa gama de realizações de fundo cunho social e econômico não seria realidade e nem sequer viabilizada, faltasse ao Estado aquela segurança interna que propicia força multiplicadora ao trabalho, na tranquilidade de cada cidadão. O completo entrosamento entre a polícia civil e a militar, cômicas de seus deveres constitucionais, obtido pelo trabalho de reorganização estrutural e de coordenação das tarefas daquelas corporações, dentro de cuidadoso planejamento que conferiu, outrotanto, pessoal mais qualificado e equipamento atualizado a tôdas as unidades de segurança, fêz com que em território riograndense a paz das ruas seja hoje uma constante, e a atmosfera convidativa ao trabalho, em tôdas as suas categorias. A se somar a êsses instrumentos, resalte-se a atividade atenta, expedita e decisiva dos "soldados-do-fogo", senhores das melhores técnicas de salvamento, com seus equipamentos que atendem a todo tipo de emergência. É a tarefa relevante da medicina legal encontra agora ambiência apropriada, cientificamente tratada em estabelecimento de primeiro plano no país.

Na faixa dos campos — base maior da economia sulina, repositório dos mais autênticos valores culturais, cenário da atividade de metade de nossa população — os cuidados governamentais, evidentemente, foram intensos e permanentes. Alí ainda se forma 45% da renda interna do Estado, alí também a base de nossos estabelecimentos industriais, o cerne da solidez estrutural

gaúcha. Por isso, a variada programação pública voltada para a zona rural, tãda ela visando a garantia de melhores e mais abundantes safras, o aprimoramento dos rebanhos, o acréscimo da produtividade, a conquista de tecnologia consentânea com os padrões do mundo moderno.

O conhecimento das condições do solo, das nossas riquezas naturais, dão-nos agora mais razões ainda para crer na potencialidade magnífica da terra. Desde os grãos e o gado até a racional exploração de nossas jazidas minerais, do pescado de nossas costas e águas interiores, tudo é motivo de sensibilização dos órgãos governamentais, que, a par de programas de assistência direta — como o exemplo mundial de combate à aftosa, a erradicação de zoonoses, de pragas da lavoura, a seleção progressiva dos rebanhos e a correção de seu manejo, a calagem do solo e as experiências com forrageiras bem como a pulverização, semeadura e adubação por aeronaves — desdobra projetos do porte do Pôrto Pesqueiro em Rio Grande e da conquista total da bacia da Lagoa Mirim, dos vales dos rios Taquari, Antas e Sinos, incentiva a produção pelo crédito rural orientado e em bases que buscam ajuste com períodos de maturação próprios ao setor e, vigorosamente, propícia a conquista de mercados novos para os produtos nobres usando criteriosos benefícios fiscais, e com isto trazendo crescentes divisas ao país.

O fomento ao fabrico de insumos, à rotatividade das culturas, à elevação do agricultor técnica e financeiramente; a busca de adequada distribuição de terras na execução de uma política agrária ajustada à problemática riograndense, o equacionamento do combate às sêcas cíclicas e da recuperação de áreas cansadas, improdutivas, são alguns dos aspectos que dão à presença governamental destacado senão decisivo lugar no crescimento inegável e auspicioso do setor primário.

Através de órgãos da administração indireta que atuam sôbre importantes setores — arroz, carne, leite, açúcar, cebola, adubo — visa o Estado dar representatividade e defesa a produtos de destaque de nossa economia, assegurando incentivo ao criador e ao lavoureiro, promovendo equilíbrio social, justiça e aperfeiçoamento para o labor antes desamparado de diferentes regiões.

A indústria, por seu turno, marca que é, no contexto do mundo de hoje, de progresso e libertação do subdesenvolvimento, passou a encontrar no Estado os pressupostos necessários a seu florescimento. Dependente que é em grande parte da produção primária, agora com infra-estrutura material assegurada, parte para um processo de dinamização que apresenta alentadores índices. Intervém decisivamente o governo nessa etapa básica de formação de um sólido parque industrial, seja por meio de isenções fiscais que dão a empresas nascentes ou produtos sem similar a garantia de preços competitivos e compensadores em mercados mais distantes, seja na participação direta em empreendimentos de profundo alcance social ou econômico. A luta pelo fabrico de aços especiais — marco de progresso e expansão do setor secundário em nossa terra — dá bem u'a mostra dêsse desiderato, complementado pelo projeto Borregaard, que aproveitará, como a Satipel, riqueza típica do meridiano, a acácia, além do eucalipto, e absorverá 2.000 empregos diretos afóra os indiretos pelos 15.000 hectares de cultivo da matéria-prima a cargo da empresa norueguesa brasileira.

Como fator de realizações do setor público, a execução das obras civis de escolas, fôros, cadeias e outros empreendimentos que dizem com a adequação de prédios aptos a acolher serviços administrativos, foi profícua e contínua, com o emprêgo das melhores técnicas construtivas, dentro de critérios de economicidade e funcionalidade. Dezenas de municípios foram beneficiários dessa atividade — que se estendeu em serviços assistenciais, como a formulação de planos diretores e projetos de obras várias do interesse das edilidades.

Por via do fornecimento de tecnologia, a cargo do seu instituto especializado, e agora no incentivo à pesquisa através da fundação que pôs em funcionamento, alcança o governo papel destacado na elaboração de um parque fabril moderno, assistido também por programas creditícios que lhe injetam capital-de-giro, fundos para investimentos fixos e outras operações típicas e adaptadas à vida do setor, que foge da capacidade ociosa e busca, cada vez mais, mão-de-obra especializada que nosso sistema de ensino e de ação social se aparelha a fornecer.

E as Universidades do Rio Grande vão formando elites capazes de assumir, com vigor e segurança de líderes, o papel de impulsionar para um futuro de total bem-estar esta terra que amamos. Já agora se integra a Universidade com o poder público, em pesquisas e análises que darão com precisão científica, os retratos de nossa realidade urbana e rural, propiciando um mais completo equacionamento da programação governamental a nível federal, estadual e municipal.

Com a Reforma Administrativa preconizada pelo Dec. 19.801, de 8 de agosto de 1969, conquista o Executivo um instrumento básico para a revisão de métodos e de estruturas do serviço público, ajustando os órgãos com realismo e maleabilidade as suas finalidades precípuas, para que mais adequadamente venham a servir a comunidade. A sistematização de atividades comuns ali figurada possibilitará a efetiva coordenação de trabalho entre os diversos órgãos da Administração direta e indireta, por via de contatos desburocratizados e expeditos entre os setores interligados, uniformizando ações e prevenindo enrijecimentos no complexo administrativo. As experiências em curso são alentadoras e em breve, com o devido cuidado, virão a ser institucionalizadas.

Senhor Presidente.

Os documentos que se anexam a estas considerações que me permiti fazer, com vistas a esboçar um panorama geral do trabalho governamental no Estado, detalham os diversos programas desenvolvidos pela Administração em 1969, demonstrando com realismo a intensa atividade que vai pelo setor público, na marcação de caminhos de bem-estar ao povo riograndense do sul.

Destaque-se, novamente, a presença do Governo Federal nesse afã construtivo, fazendo justiça ao poder criador do gaúcho e ao papel marcante que, ao longo do tempo, vem tendo na formação da Pátria, na defesa de sua soberania, na elaboração de seu desenvolvimento. E, outra vez, destaque para o Município, núcleo de força produtiva, reduto dos valores mais caros que fazem do homem destas plagas um ser que ama a justiça, que luta pela dignidade social.

Destaque-se, outrossim, desde o empresário ao colono, ao operário, pela construção de riquezas dentro do respeito à lei, do desejo de paz, incentivando com vívida presença a ação governamental em tôdas as frentes do processo de desenvolvimento econômico e social. Foi especialmente para êles que o Governo trabalhou, êles que são o vigor da produção e, no recesso do lar, a transmissão carinhosa de todos os princípios que moldam o nosso homem.

Desejo, ao final, levar a êsse egrégio Poder Legislativo os cumprimentos do Executivo pelo fecundo labor desenvolvido na sessão transata, dando guarida e aperfeiçoando a numerosas proposições que o governo tinha como de interêsse público. Na análise dos temas, pela forma realizada, reafirmou nossa nobre Assembléia Legislativa a índole democrática do riograndense e seu cuidado com a coisa pública.

Ao ensejo, Senhor Presidente, renovo-lhe meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Palácio Piratini, em Pôrto Alegre, aos 31 de março de 1970.

WALTER PERACCHI BARCELLOS
Governador do Estado

Relato-Síntese da Ação Governamental

ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA

INFRA-ESTRUTURA MATERIAL

ENERGIA E COMUNICAÇÕES

S. C. F.
BIBLIOTECA
Reg. n.º 954
Data: 14/10/02

ENERGIA ELÉTRICA

No desenvolvimento das atividades de energia elétrica verificou-se terem sido satisfatórios os resultados colhidos. Deve-se assinalar, como fato marcante, a obtenção de novas linhas de crédito no exterior, que vêm permitir a execução, no ritmo previsto, de grandes obras como Passo Real e Candiota II.

De outro lado, é firme o crescimento da demanda de energia no Estado, o que atesta não só o esforço da empresa principal concessionária em bem servir o mercado consumidor, como a segura evolução do próprio Estado, absorvendo hoje cerca de 1.500 milhões de kwh, distribuídos por 200 sedes municipais e 773 distritos e vilas. Cumpre sinalar outro avanço: nesse setor o faturamento, sobre o ano anterior, teve um crescimento da ordem de 50%.

Este e outros índices, por demais expressivos, permitem a intensificação do programa de investimentos, conforme se verá pela discriminação apresentada mais adiante e pelo elenco das obras em execução e em vias de serem atacadas, algumas de infra-estrutura, como a rede subterrânea de distribuição em Porto Alegre, na qual serão investidos NCr\$ 40 milhões. Outro ponto a ser destacado diz com os projetos de eletrificação rural, em pleno andamento, sem falar nas providências já adotadas para o início da conversão de frequência no Estado.

No tocante ao consumo, ocorreu um crescimento à taxa de 10,1%. O setor industrial com 539,42 milhões de kwh, consumiu 36,8% da energia vendida, ocupando o primeiro lugar. Em ordem

decrecente, seguem os setores residencial e comercial, com 427,37 e 223,95 milhões de kwh, respectivamente.

Para atender o consumo de energia, as usinas da CEEE tiveram uma produção bruta de 1.413,8 milhões de kwh, e foram adquiridos 355,8 milhões de kwh das concessionárias Termelétrica de Charqueadas S/A, Termoelétrica de Alegrete S/A e Centrais Elétricas de Carazinho S/A, totalizando uma produção bruta de 1.769,6 milhões de kwh.

Durante o ano os serviços de atendimento expandiram-se para 49 novas localidades, aumentando para 973 os centros-consumidores, assim distribuídos:

— sedes municipais:	200
— distritos e vilas:	773
	<hr/>
Total:	973

O número de consumidores aumentou de 569.251, no ano de 1968, para 593.196 no ano de 1969, representando um crescimento de 4,2%.

Atuando como arrecadador da União, o órgão estadual de energia elétrica faturou contra os seus consumidores de energia elétrica o total de NCr\$ 45,29 milhões, abrangendo:

- Impôsto Único s/Energia Elétrica:
NCr\$ 13,56 milhões
- Empréstimo Compulsório em favor da Eletrobrás:
NCr\$ 13,57 milhões
- Quota de previdência:
NCr\$ 18,16 milhões,

tudo de acôrdo com dispositivos legais vigentes.

Atualmente, além de constituir-se acionista majoritário na Companhia Estadual de Energia Elétrica, o Estado participa com NCr\$ 5,75 milhões no capital social da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A — ELETROSUL, constituída para colaborar na solução dos problemas energéticos da Região Sul, cabendo-lhe, numa primeira e imediata etapa, a responsabilidade de prosseguir as obras da Central Hidrelétrica do Passo Fundo, — e a Companhia Estadual de Energia Elétrica, por fôrça de investimentos anteriormente feitos nas obras, também participa com NCr\$. . . 5,11 milhões no capital social da ELETROSUL.

Na Centrais Elétricas de São Paulo S/A — CESP, com a incorporação da Centrais Elétricas de Urubupungá S/A — CELUSA, a CEEE é detentora da parcela de NCr\$ 2,06 mil do capital social e na Termoelétrica de Alegrete S/A possui integralizados NCr\$ 913,3 mil e a subscrever NCr\$ 786,6 mil.

PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS

U S I N A S

1. — Nova termelétrica de Pôrto Alegre — NUTEPA

Com a conclusão de metragem, entrou em funcionamento no segundo semestre do ano findo, completando, assim, a capacidade total de geração da usina, que é de 24.000 KW.

2. — Termelétrica PIRAQUÊ

Sua capacidade instalada é de 25.000 KW. Entrou em operação no decorrer do segundo semestre de 1969, produzindo energia para fazer frente à demanda da Grande Pôrto Alegre, até que as novas usinas venham a entrar em funcionamento. Devido à sua construção para operar nas freqüências de 50 ou 60 Hertz, essa usina terá papel destacado por ocasião da mudança de freqüência no Estado, e também como reserva de potência para garantia do abastecimento de energia elétrica.

3. — Termelétrica de CHARQUEADAS

A usina Termelétrica de Charqueadas S. A., subsidiária da ELETROBRÁS, teve instalada sua quarta unidade de 18.000 KW, passando a contar com 72.000 KW em sua potência global.

4. — Hidrelétrica PASSO REAL

Dos eventos mais significativos, é esta a maior obra, no setor, em execução, devendo contar com 250.000 KW em sua etapa final.

Os investimentos correspondentes às obras principais podem ser resumidos como se segue:

	NCr\$
I — Instalação de geração	54.599.866,12
II — Instalação de transmissão e transformação	10.678.825,86
III — Instalação de comunicações	4.609,00
IV — Juros e taxas durante a construção	8.393.480,34
	<hr/>
Total: I + II + III + IV =	73.676.781,32

Tal cifra, entretanto, é aproximada, face a ausência de cômputo das despesas administrativas, correção monetária etc.

5. — Centrais termelétricas CANDIOTA II

Esta central será localizada no município de Bagé e utilizará o carvão mineral como combustível. Sua potência final poderá chegar até 400.000 KW, porém em sua primeira etapa deverão ser instaladas duas unidades de 63.000 KW, totalizando 126.000 KW.

Após longas demarchas, realização e julgamento de concorrência, em outubro do ano findo foi assinado, com a GIE, o con-

trato de financiamento e construção da obra, no valor de US\$26 milhões. O prazo para a entrega da usina concluída e apta para entrar em operação é de 32 meses, a contar da data de assinatura do contrato.

6. — Central Hidrelétrica de ITAÚBA

Estudada preliminarmente e constante de recomendação apresentada pelo Comitê Energético da Região Sul — ENERSUL — como usina prioritária, no ano que passou foi efetivada a contratação do projeto de engenharia e de serviços preparatórios, tendo sido aplicados já NCr\$ 653.863,00.

O início de suas obras civis está previsto para após a conclusão das obras de Passo Real e sua potência final deverá ter 500.000 KW.

7. — Hidrelétrica PASSO FUNDO

A central hidrelétrica Passo Fundo, obra iniciada em 1965, passou para o controle e responsabilidade da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A — ELETROSUL, constituída da ELETROBRÁS, o Estado e a CEEE como acionistas. As obras civis acham-se em fase bastante adiantada, com o túnel totalmente aberto e 50% da barragem concluída. Os equipamentos eletro-mecânicos já estão encomendados, podendo se prever a produção de energia para o segundo semestre de 1972.

8. — Linhas de Transmissão

No exercício de 1969, as necessidades e expansão dos serviços de energia elétrica foram devidamente atendidas pela ampliação dos sistemas de transmissão existentes.

As linhas construídas, até 31 de dezembro próximo passado, totalizavam 8.415 km, sendo 469 km feitas no exercício de 1969

9. — SUBESTAÇÕES

No decorrer de 1969, foram concluídas as seguintes principais obras de Subestações:

Taquara (1.^a etapa), com 7.500 kVA; Venâncio Aires (ampliação); com 21.000 kVA; Cruz Alta (ampliação), com 3.000 + 23.000 kVA; Subestação de Pôrto Alegre II (ampliação); Panambi, com 3.750 kVA; Taquari, com 5.000 kVA; Encantado, com 8.000 kVA; Faxinal do Soturno, com 5.000 kVA; Santa Maria (para interligação com o sistema Alegrete), com 20.000 + 10.000 kVA; Canoas (provisória), com 15.000 kVA; Soledade (ampliação), com um segundo transformador de 400 kVA; Campo Novo (provisória), com 3.000 kVA.

10. — RÊDES DE DISTRIBUIÇÃO

Também no setor de rêsdes de distribuição, foram contempladas, dentre outras, as localidades de Guaporé, Arrôio dos Ratos, São Lourenço, Arvorezinha; Vila Bucholtz, Cidade Nova, Hidráulica e Quinta, em Rio Grande; Vila Matias Velho, em Canôas; Faxinal do Morro Alto, em Osório; Vila São Pedro, em Tapera; Chimarrão, em Alegrete; Tôrres.

Inumeráveis extensões e refôrços de rêsdes foram também procedidos.

11. — RÊDE SUBTERRÂNEA DE DISTRIBUIÇÃO EM PÔRTO ALEGRE

A zona "central" da capital do Estado é servida por uma rêsde subterrânea de distribuição, já desgastada pelo tempo e sem mais condições para uma distribuição satisfatória. Foi implantada entre 1928 e 1932, quando ficou já com a estrutura básica que hoje mantém.

Em tôda a área da cidade, compreendida dentro da chamada "primeira perimetral", vai ser instalada uma rêsde subterrânea nova que, na sua parte secundária, é realmente uma rêsde física

constituída de malhas fechadas, dotada de condições técnicas que assegurem a mais alta "confiabilidade" na segurança de fornecimento contínuo. O plano ficou concluído em 1969 e os recursos da ordem de NCr\$ 40 milhões estão assegurados. As obras já tiveram início.

12. — ELETRIFICAÇÃO RURAL

Está o Estado praticamente dividido em 26 áreas, das quais 25 destas correspondem cada uma delas a uma grande Cooperativa, abrangendo entre uma e duas dezenas de municípios, com uma média de 20 mil propriedades rurais cadastradas pelo IBRA; a área restante corresponde à região da fronteira e que ficará na dependência de um estudo especial, pelas suas características próprias e seu fraco índice demográfico.

Quinze cooperativas já se acham constituídas, sendo que cinco o foram durante o ano de 1969, e dez encontram-se em fase de motivação.

Está, desta forma, criada uma infra-estrutura ao nível dos municípios e dos próprios agricultores, através de uma ação no terreno do cooperativismo, com a melhor aceitação e onde ficou evidenciada a disposição dos agricultores de participarem ativamente de tais planos, quer pela ação pessoal, quer pela integralização de capital, através de tomada de cotas-partes, amortização de financiamentos e outros.

Assim posta a questão de acôrdo com a orientação e política de desenvolvimento agrário do Governo Central, tem sido possível carrear substanciais recursos para esta área, tanto para os projetos como para implantação de sistemas.

Novos e substanciais recursos estão sendo previstos para este ano, para essas Cooperativas, a exemplo do que já foi obtido para as de Ibirubá, Taquarí e outras áreas.

Com os esforços conjuntos do Governo Federal, através do INDA, do Governo do Estado, de Municípios e dos agricultores,

por intermédio de suas bem organizadas Cooperativas, ver-se-á o meio rural transformar-se, daqui por diante, a passos largos.

Rêdes Elétricas Rurais

Essas rêdes totalizaram 224 km de extensão em alta tensão, 65 km em baixa tensão e 67 km de extensão em posteação de tensões mistas. Outros 219 km de rêdes acham-se em fase de construção.

13. — CONVERSÃO DE FREQUÊNCIA NO ESTADO

Dando início às providências necessárias para a implementação de conversão da frequência de 50 para 60 Hertz no Estado do Rio Grande do Sul, já foi elaborado o Plano Guia, estabelecendo em linhas gerais, o cronograma para a mudança de frequência nas diferentes áreas de consumo.

A conversão de frequência deverá iniciar-se no segundo semestre de 1970 e deverá prolongar-se até o ano de 1976.

ENERGIA TÉRMICA — MINERAÇÃO

No setor de mineração, duas são as unidades produtoras em atividade — a Mina do Leão e Mina de Candiota, das quais os principais consumidores são a CEEE e a Eletrobrás.

Foi mantida durante o exercício de 1969, a diretriz fundamental emanada do Governo, de eliminação progressiva da mão de obra excedente e de racionalização dos trabalhos de mineração com vistas ao aumento de produtividade, com resultados que podem ser qualificados de animadores.

A produção de carvão beneficiado na Mina do Leão totalizou 78.207 toneladas, superando em quase 12.000 toneladas a produção de 1968. A produtividade, em termos de carvão "run of mine", atingiu a 1,557 t/h/dia, tendo a de 1968 alcançado a 1,370 t/h/dia. Por outro lado, a produção dobrou entre 1966 e 1969, passando de 39.146 para 78.207 toneladas. Tomando-se como índice 100 a produtividade obtida no ano de 1966, a de 1969 é representada por 189.

Na Mina de Candiota, foram produzidas 157.465,73 toneladas de carvão, tendo sido possível manter o preço inalterado desde 1966.

Os investimentos realizados nas duas áreas de produção totalizaram NCr\$ 300.000,00, em números redondos e objetivaram, essencialmente, a melhoria das condições de trabalho e assistência social aos trabalhadores bem como a eliminação de fatores negativos na produção.

Cumprе salientar a transformação do órgão responsável pela mineração, no Estado, em Sociedade de Economia Mista, com sentido de melhor compatibilizar suas funções às diretrizes de racionalização e incremento da produtividade, conferindo-lhe uma nova estruturação mais consentânea àqueles propósitos.

TELECOMUNICAÇÕES

No campo das Telecomunicações foi desenvolvido, no exercício, um extenso programa de realizações, tanto no setor urbano como no de longa distância, cumprindo-se mais uma etapa do Plano de Telecomunicações do Rio Grande do Sul.

Não se pode deixar de reconhecer o extraordinário avanço verificado nas comunicações a longa distância.

Na rota Norte de Micro-Ondas, que interliga Pôrto Alegre, Caxias do Sul e Veranópolis, a implantação de 48 canais acarretou um investimento de NCr\$ 1.515.452; a rota Oeste de Micro-Ondas, conectando Pôrto Alegre, Santa Maria, Rosário do Sul, Jaguari e Cacequi teve uma ampliação de 36 canais. Estas instalações que atingiram a um custo de NCr\$ 3.218.992, foram ultimadas e entraram em fase final de testes.

Por outro lado, foram implantados três sistemas de "enlace de UHF" nas rotas que ligam Passo Fundo a Carazinho, Passo Fundo a Getúlio Vargas e Erechim e Pôrto Alegre a Santo Antônio da Patrulha, tudo somando 72 canais, a um custo de mais de NCr\$ 1.730.000, que também entraram em testes finais.

Foi investida, também, em equipamento de ondas portadoras e outros equipamentos interurbanos, a parcela de NCr\$ 3.446.899.

Na rêde foram colocados 165 km de cabos aéreos e 61 km de cabos subterrâneos.

Durante o exercício de 1969 foram instalados 120 circuitos interurbanos, dos quais 53 foram entroncados diretamente a outros, resultando um acréscimo líquido de 76.

Em fins do ano passado, em caráter experimental, em interligação com a Embratel, foi implantado o Serviço de Discagem Direta à Distância — DDD, com São Paulo, cabendo a este Estado e a Pôrto Alegre em particular a prerrogativa de ser a 1.^a região do País a fazer discagem direta em âmbito interestadual.

O tráfego Pôrto Alegre — São Paulo está em pleno funcionamento, faltando serem completadas as instalações em São Paulo para ser estabelecido o tráfego em sentido inverso, porquanto Pôrto Alegre está apta a receber o moderno serviço.

No tocante a serviços telefônicos urbanos, Canoas, Santo Ângelo e Ijuí, com 800, 700 e 600 terminais respectivamente, foram aquinhoadas com modernas centrais telefônicas. E já em princípios de março deste ano, Lajeado, São Borja e Camaquã, com 500, 500 e 300 terminais, respectivamente, poderão servir-se de modernos meios de comunicação dentro de suas comunas.

Em Pôrto Alegre, a soma de todos os investimentos realizados com sentido de melhorias para descongestionamento do tráfego telefônico local atingiu a mais de dez milhões de cruzeiros novos.

Também, em 1969, foram contratadas mais de 20 mil terminais para ampliação dos serviços urbanos em Pôrto Alegre, devendo, já em março deste ano, serem instaladas as primeiras 5 mil terminais e as restantes no decorrer do ano em curso. Igualmente, em Santa Maria e Caxias do Sul foram abertas concorrências e celebrados os respectivos contratos para construção dos prédios, das rêsdes telefônicas e das instalações dos novos equipamentos automáticos de 3 mil terminais cada uma.

Para abrigar os custosos equipamentos de telefonia foram construídos 8.472 m² de área, destacando-se, afora as centrais de São Borja, Santo Ângelo, Ijuí, Lajeado e Camaquã, o almoxarifado em Pôrto Alegre com 5.169 m².

O total de investimentos foi de NCr\$ 112.323.456,44, sendo NCr\$ 84.513.749,50 em cruzeiros e NCr\$ 27.809.706,94 em moeda estrangeira. Os subscritores de linhas telefônicas (auto-financiamento) contribuíram com NCr\$ 2.135.800,00 sendo que os recursos próprios do Estado e outros montaram a NCr\$ 16.176.384,90.

Atualmente, o quadro numérico das comunicações no Rio Grande do Sul apresenta os seguintes valores principais:

Terminais Instalados	44.659
Telefones em serviço	68.186
Média diária de chamadas urbanas completadas	493.852
Chamadas interurbanas completadas em 1969 ..	5.415.916

TRANSPORTES

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

A importância que a rodovia representa, dentro da atual conjuntura, para economia do Estado e para o sistema geral de transportes, é incontestável. Por ela se escoam a maior parte da nossa riqueza e é ela que assegura a chegada do produto, em boa hora, aos grandes centros de consumo e de exportação. Na constituição dessa extensa rede rodoviária para um Estado como o RGS, que tem o seu território ocupado e em plena faina, a integração dos planos federal, estadual e municipais é tarefa existencial a que se obtenha, em prazo compatível com nossas potencialidades regionais, uma rede viária à altura das reais necessidades.

Assim, ao Governo Federal coube, com a confiança que o Ministério dos Transportes bem merece e demonstrou merecer, a execução das grandes troncais Leste-Oeste e Norte-Sul que dizem diretamente com a integração do Estado no contexto nacional e o escoamento expedido de sua produção às terminais, propiciando, ainda, a interconexão do Estado e do País com as vizinhas repúblicas latino-americanas, num fluxo turístico e econômico que merece melhor destaque no crescimento do produto interno bruto nacional. Foi notória a aceleração das obras rodoviárias federais do Estado e hoje o asfalto pela BR-290, Porto Alegre-Uruguaiana, ultrapassa a Rosário do Sul e a implantação vai atingindo Uruguaiana e Alegrete. Pela fronteira sul, a rodovia avança de Livramento a Pelotas, assegurando o pôrto em condições adequadas aos nobres produtos exportáveis da nossa campanha.

A conclusão da Quinta-Chuí já troca com segurança, sobre pavimento de 1.^a classe, interesses uruguaios e brasileiros e pro-

pícia o desenvolvimento da rica região litorânea riograndense, que afinal conta com transporte seguro.

Ao norte, a ligação Osório-Tôrres, magnífica rodovia litorânea de integração e turismo, aguarda a moderna auto-estrada que a complementarà até P. Alegre, trazendo-a ao complexo rodoviário que tem seu centro na capital. E pelos Campos de Cima da Serra, as obras federais vão num ritmo promissor, interligando as sedes dos principais municípios produtores da região.

Para o Governo do Estado, nessa divisão de tarefas, preocupou a ligação das demais sedes dos municípios, tanto a essas troncais como com a grande diagonal que é a Presidente Kennedy, obra que representa desenvolvimento e justiça a cêrca de 50 comunas de maior índice de produção primária no Estado, garantindo a via lógica para o escoamento dessa riqueza. Obras como as do sistema S. Vendelino, a ligação Tabai-Canoas, a Tronco-Sul, de Santa Maria-Pelotas, tôdas equacionadas e em andamento ou em vias de implantação, assegurados os recursos necessários, dão conta dêsse esforço de viabilizar no RGS aquêle sistema de estradas de rodagem que o seu desenvolvimento exige ainda a curto prazo.

Em 3 anos a pavimentação cresceu em 75,8%, pois sôbre os 1.497 km, asfaltados em 1967, conta o Rio Grande agora com 2.632. E mais sentido faz ainda essa política de integração de trabalho, se considerarmos que a ela se ajunta, em programa pioneiro do País, o município gaúcho, cuja rêde rodoviária é precisamente aquela que vai buscar na mais recôndita lavoura o produto do trabalho do colono, que vai trazer da estância o gado para o frigorífico, o grão para o armazém, e que vai levar segurança e comunicação a qualquer membro da comunidade gaúcha, mesmo que habite êle distante do centro urbano. O projeto de Estradas Alimentadoras está em marcha, havendo equacionado de forma integrada a melhoria de mais de 9.000 km de vias interioranas, abarcando, nessa sua 1.^a etapa de trabalho, a 118 municípios, enquanto elabora outros projetos para mais 4.000km de estradas de penetração. O órgão estadual, dentro dêsse plane-

jamento, atacou com maior intensidade obras sediadas nos vales do Taquari, do Jacuí, do Caí, bem como no Alto Uruguai e na faixa da Capital com o Planalto, preocupando-se na ligação das sedes municipais mais importantes com as vias federais, das quais destacam-se as ligações de Santa Maria, de Cachoeira do Sul, de Rio Pardo e de Santa Cruz do Sul, à BR290; a de Tapes à BR-116 e a de Capão da Canoa à BR-101. Conservou em 1969 uma rede de 9.462 km, dos quais 786,3 são de asfalto; 6.917 km com revestimento primário e 1.758 km em terra natural, num investimento de reposição que atingiu NCr\$ 24,3 milhões. Executou ainda 825,75 m de pontes e viadutos e 110,30 m de boeiros, no que aplicou NCr\$ 4 milhões. Numa frente de trabalho de pavimentação que abarca 647 km concluiu, em 1969, 128 km, num investimento de NCr\$ 25,64 milhões; e numa frente de 630 km, concluiu 145 km em serviço de terraplenagem, onde aplicou NCr\$ 28,5 milhões.

O transporte coletivo intermunicipal é serviço público, realizado através de concessão outorgada pelo órgão rodoviário do Estado e por êste rigorosamente fiscalizado. Em contínuo aperfeiçoamento, se constitui no serviço por excelência de deslocamento de passageiros, que encontra na nova estação terminal de P. Alegre um significativo marco de progresso, serviço que possibilitou que, em linhas de longo curso, mais de 25 milhões de passageiros usassem o ônibus para seu deslocamento, enquanto 64 milhões de passageiros aproveitaram as linhas suburbanas fiscalizadas pelo Estado. Tal fiscalização se estende sobre 265 empresas, que operam em 653 linhas, com 1860 ônibus vistoriados permanentemente e que chegam e partem de 278 terminais rodoviárias.

TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

O transporte hidroviário esteve sempre na preocupação dos programas governamentais, dadas não só as atuais facilidades como ainda as potencialidades a serem exploradas neste meio de transporte.

O desenvolvimento das atividades portuárias se manteve em ritmo normal de trabalho, porém muito proveitoso no tocante a novos planejamentos e estabelecimento de novas frentes de trabalho, que, neste exercício, deverão tomar um notável incremento.

A Barragem Bom Retiro, obra importante para a navegação fluvial, paralisada há muitos anos, foi reativada para cumprir o seu papel dentro do sistema hidroviário estadual. Foi assinado convênio com o Ministério dos Transportes, através do DNPVN, passando a êste a responsabilidade financeira da obra. Os contratos com as diversas firmas empreiteiras, resulta num investimento inicial, por parte do Estado, de NCr\$ 1.000.000,00, que consistiu na preparação de novos canteiros de obras e início da construção das comportas principais.

A ponte do Saco da Mangueira, acesso rodo-ferroviário indispensável à 4.^a Secção da Barra de Rio Grande, tem já prontos os projetos técnicos, o que possibilita ao Govêrno medidas para imediata solução do problema.

Foram concluídos os estudos sôbre a barra de Rio Grande, constatando-se a viabilidade do aprofundamento do canal de entrada da barra para menos 12 metros, numa primeira etapa.

As diretrizes básicas para o desenvolvimento do Pôrto Industrial de Rio Grande foram já estabelecidas, o que possibilitou o início das primeiras obras de indústrias que lá se estabelecerão, junto à 2.^a e 4.^a Secção Velha da Barra, local destinado pelo poder concedente.

Face ao crescimento da produção dos cereais e das necessidades de seu escoamento, foi lançado o projeto de Terminal Graneleiro na 4.^a Secção da Barra, para alta capacidade de estocagem e alta velocidade de carga e descarga, de forma a permitir operações racionais e econômicas para o embarque dos nossos cereais.

Os serviços de dragagem levados a efeito para aprofundamento dos canais de acesso aos portos de Pôrto Alegre e Pelotas para 18 pés, além de outros trabalhos em diversas áreas, totalizaram um movimento de 1.800.000 m³.

O Anel de D. Marco, importante obra no Rio Jacuí, acha-se quase concluído, devendo entrar em funcionamento ainda neste primeiro semestre de 1970.

Na parte de reaparelhamento dos portos, foram os seguintes os mais importantes procedimentos:

— Instalação dos novos guindastes no pôrto de Rio Grande e Pôrto Alegre, adquiridos da Alemanha Oriental. O pesado equipamento, no pôrto de Pôrto Alegre, estará totalmente montado ainda neste semestre, enquanto que os de Rio Grande já estão em pleno funcionamento.

— Com o objetivo de dar maior rendimento ao Frigorífico João Mascarenhas, foram procedidos estudos para melhoramento da circulação vertical e contratado o respectivo projeto de engenharia. Também foram adquiridas empilhadeiras elétricas para movimentação interna de carnes.

— No sentido de proporcionar uma melhor movimentação de cargas, foram adquiridos diversos equipamentos, como sejam empilhadeiras, tratores, carregadores, contínuos de graneis, es-

teiras, roscas, balança rodoviária etc. Estes equipamentos desempenharam importante papel no escoamento de safra de trigo e terão igual importância quando fôr escoada a safra de soja.

No tocante ao movimento portuário, apesar da retirada da maior parte dos produtos de petróleo do movimento de carga portuária, face à instalação e funcionamento do terminal petrolífero "Soares Dutra", em Tramandaí, o decréscimo foi na ordem de apenas 4% no ano findo.

Considerando que somente o terminal citado movimentou 1.868.034, em 1969, operando 32 petroleiros de porte, verificamos que com êsse volume somado ao movimento de carga geral, esta teria atingido um crescimento de 12,6%, em igual período.

O movimento geral da carga dos três portos (Pôrto Alegre, Rio Grande e Pelotas) alcança o seguinte comportamento:

	1967	1968	1969
Longo curso	1.485.791	1.701.282	2.000.172
Cabotagem	1.153.469	984.584	1.088.927
Lacuste	2.166.260	1.776.789	1.238.920
Fluvial	1.352.327	1.801.189	1.731.140
Terminal Soares Dutra em Tramandaí, a carga da Petrobrás	—	—	1.868.034
Totais:	6.158.047	6.263.844	7.907.193

TRANSPORTE AEROVIÁRIO

No que respeita ao transporte aeroviário, dentre as obras que foram realizadas e concluídas no exercício de 1969, cabe destacar, inicialmente, o término das obras do Aeroporto de Canela, cujos trabalhos principais, praticamente, foram todos realizados no ano findo. Essa obra dará grande apoio à aviação da região e bastante incremento ao seu turismo.

Outra meta executada totalmente em 1969 foi a construção do Aeroporto de Mostardas, obra essa que contou com a colaboração da Prefeitura daquele município.

No Aeroporto Salgado Filho, nas laterais das pistas, foi executado o serviço de tratamento contra o pó, pelo revestimento asfáltico, numa extensão de 2.546 metros, de muita importância para aviões dotados de turbinas.

Já devidamente autorizado pelo Ministério da Aeronáutica, foi concluído o Aeroporto de Santo Ângelo, dotado de modernas e confortáveis instalações.

No Aeroporto de Erechim, estão sendo realizados serviços de grande vulto; somente em terraplanagem foram executados 110.000 m³, tendo o Estado, em 1969, investido nos trabalhos cerca de NCr\$ 200.000,00.

Passo Fundo verá, em breve, a sua nova Estação de Passageiros, a qual está dotada de todo o conforto necessário aos usuários daquela rica região do Estado. Da mesma forma, deverá ocorrer nos municípios de Bagé e Pelotas.

Foram estabelecidas as bases de participação do Estado com o Ministério da Aeronáutica nas obras de remodelação da Estação de Passageiros do Aeroporto Salgado Filho, orçadas em quase 5 milhões de cruzeiros novos, cabendo ao Estado concorrer com 30% desse montante, além das ampliações das reservas de áreas em torno do Aeroporto.

Finalmente, além da conservação em mais de 26 Aeroportos, foram realizadas, também, obras em Hangares de Aeroclubes do Estado, objetivando-se dar apoio à aviação aerodesportiva do Rio Grande do Sul.

SILOS E ARMAZÉNS

A solução aos problemas de armazenamento e proteção das safras agrícolas, fator importante no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, foi buscada em consonância com uma adequada política de abastecimento.

O Plano de Realizações para o triênio 68/69/70, destinado a dotar o Rio Grande do Sul de uma moderna rede de silos e armazéns à altura de suas reais necessidades, vem sendo cumprido de acordo com o cronograma previsto, o que dá a certeza de que o Plano será integralmente executado.

Com sua atenção permanente voltada para o problema de ensilagem e escoamento das safras, o Governo deu um impulso todo especial às obras em andamento, visando melhorar as instalações existentes, bem como adicionar maior capacidade de ensilagem a fim de atender convenientemente a demanda de estocagem requerida pela excepcional safra verificada.

Com a conclusão do silo elevador de Santo Ângelo, aumentou-se a capacidade estática existente em 10 mil toneladas.

Estão em andamento construções e ampliações de silos em Palmeira das Missões, Ibirubá, Santa Rosa e Rio Grande, que possibilitarão um acréscimo de 65.000 toneladas de capacidade.

Acrescendo o montante de NCr\$ 1,6 milhões em melhoria de condições existentes, os investimentos já contratados, concluídos e em andamento — com término a curto prazo — somam aproximadamente NCr\$ 20 milhões, dos quais um terço, mais ou menos, foi aplicado em 1969.

Estão já programadas, com início de execução previsto para breve, instalações que aumentarão a capacidade de armazenamento em 32,2 mil toneladas a curto prazo e em mais 147.200 toneladas a médio prazo, além, de que se dispõe hoje, conduzindo, tais números, à seguinte situação (em toneladas):

	Capacidade Estática	Capacidade Dinâmica
Rêde atual	169.950	706.650
Rêde em construção	65.000	325.000
Rêde programada	179.400	853.800
	<hr/>	<hr/>
TOTAL:	414.350	1.885.450

INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

EDUCAÇÃO E CULTURA

É buscado, neste campo, a melhoria da qualidade do Ensino, a par da manutenção do satisfatório índice de escolarização que o Rio Grande do Sul possui e que pode ser considerado elevado no quadro geral do país.

Neste sentido, tendo como metas principais a elevação do nível de rendimento escolar e a erradicação máxima do analfabetismo, utilizaram-se, como principais instrumentos, calcados no Plano Estadual da Educação:

— Atualização constante do magistério e do pessoal diretamente ligado à supervisão (diretores, orientadores de educação primária, coordenadores de disciplinas e práticas educativas, fiscais do ensino particular, orientadores educacionais, psicólogos) através de cursos, encontros, seminários, estágios, reuniões etc.

— Expedição de diretrizes às Delegacias Regionais da SEC, no sentido de um registro mais racional e real do fluxo do aluno de nível primário para o médio;

— Especialização do magistério em áreas do currículo escolar, como pré-primário, cooperativas escolares, bibliotecas escolares, círculos de pais e mestres, também através de cursos, encontros, seminários, reuniões etc;

— Atendimento específico aos professores responsáveis pelas classes de 1.º ano e orientadores de educação primária, no sentido de elevar o rendimento nessas classes, consideradas as que provocam maior impedimento ao fluxo escolar, ainda pela realização de cursos especiais para professores de 1.º ano, em todas as Delegacias da SEC;

— Integração da SEC-CPOE com a Faculdade de Filosofia da UFRGS na realização de cursos para aperfeiçoamento de diretores do Ensino Médio;

— Estudos intensivos para a implantação da escola fundamental, neste Estado;

— Expedição de diretrizes gerais e específicas e orientação direta em tôdas as Delegacias Regionais da SEC, para a unificação dos critérios de avaliação nos estabelecimentos de ensino primário;

— Definição qualitativa dos recursos humanos indispensáveis;

— Medidas objetivas tendentes à implantação e funcionamento da TV-Educativa.

Baseada nestes princípios, a ação do Governo no futuro terá tendências de materializar os seguintes aspectos principais:

— Buscar condições para a progressiva e total implantação do Plano Estadual de Educação;

— Permitir a efetiva execução dos princípios fundamentais da Reforma Administrativa no meio escolar, atendendo às atuais concepções de educação como processo contínuo e progressivo, a serviço do desenvolvimento integral do educando;

— Propiciar o aperfeiçoamento, a atualização e a reciclagem de pessoal, em tôdas as unidades escolares em seus diversos graus e ramos de ensino;

— Dar continuidade à pesquisa sôbre “Avaliação do Sistema de Ensino Primário no Estado do Rio Grande do Sul”, em tôdas as séries;

— Inaugurar a Emissora de TV-Educativa — Canal 7.

No tocante às principais realizações em 1969, merecem destaque especial:

a — Ensino Primário

- Construção de 477 novas salas de aula, com um montante de investimentos da ordem de NCr\$ 12,2 milhões.
- Equipamento escolar para 534 salas de aula, com investimento de NCr\$ 1,3 milhões, aproximadamente.
- Alunos matriculados: 753.145.

b — Ensino Médio

- Criação de 12 Ginásios (1.º Ciclo)
- Criação de 2 Colégios (2.º Ciclo)
- Equipamento de 10 escolas industriais
- Melhoria das instalações e do equipamento da Escola Técnica Parobé.
- Oferta de matrículas adicionais no ensino médio: 12.259.

- c —** Através do Serviço de Contratos e Convênios foram beneficiadas 92 escolas (27-ensino primário; 65-ensino médio) com atendimento a 100 mil escolares, com auxílio da ordem de NCr\$ 7,9 milhões.

- d —** No programa de Municipalização do Ensino Primário, atenderam-se mais de 10 mil subvenções, influenciando uma população escolar de quase 250 mil alunos, tendo sido aplicados, no conjunto, NCr\$ 16,6 milhões.

- e —** Especial atenção mereceu, também, o aspecto de assistência social escolar com os seguintes principais números:

Assistência econômica: 1432 atendimentos

Assistência médica-odontológica: 263.269 atendimentos

Assistência de laboratório e radiológica: 8948 atendimentos

Serviço de recuperação: 5.200 atendimentos

Serviço de merenda: — açúcar 2.096 sacos
— arroz 472 sacos
— aveia e maizena 4683 pacotes
— leite em pó, óleo e farinha:
106.980 volumes

f — Bolsas de Estudo distribuídas:	primário	40.832
	médio	15.720
	superior	99
		<hr/>
	TOTAL:	56.651

Para tanto, foram mobilizados recursos da ordem de NCr\$ 3,96 milhões.

SAÚDE PÚBLICA

Ainda que sejam tangíveis e mensuráveis os resultados diretos de programas de combate a doenças transmissíveis para as quais existem agentes imunizantes, e de outros programas especiais, não seria lícito atribuir apenas a êles o alto nível de saúde que hoje desfruta o Estado, e que, de forma decisiva, contribui para a melhoria dos padrões de vida do povo.

Ao grande impacto que recebeu a saúde com a proliferação da assistência médica estatal e com os extensivos programas de saneamento básico, podem ser acrescentados como fatores contribuintes do desenvolvimento, o aumento da renda "per capita", a melhoria quantitativa e qualitativa da educação, o crescimento dos fatores de produção, tudo isto, num complexo integrado.

A década que se inicia apresenta-se realmente promissora para a área da saúde no Rio Grande do Sul, pois seu planejamento — visando um melhor aproveitamento dos recursos a fim de obter, estabelecida uma escala prioritária, um melhor resultado no sentido do bem-estar da comunidade com um mínimo de custo —, o aperfeiçoamento do sistema de estatística, a erradicação de doenças transmissíveis e a abordagem das chamadas doenças da civilização, conseguiram deslocar a curva de mortalidade para faixas etárias mais avançadas. É que as ações da saúde, concentrando-se prioritariamente nas doenças infecto-contagiosas e na assistência materno-infantil, diminuem a mortalidade em crianças e adultos jovens.

O ano de 1970 está assistindo a entrada em pleno funcionamento da UNIDADE DE VIGILÂNCIA E CONTRÔLE EPIDEMIOLÓGICO, prevendo-se para até fins do exercício a erradica-

ção total da varíola no Estado, ao lado do ataque paralelo a outras doenças transmissíveis, através de programas em execução pelo órgão central da Saúde no Estado, tais como rotinas simplificadas de diagnósticos e tratamento, adequado sistema de supervisão, cadastramento centralizado e outras medidas de alcance global.

Dentre os diversos programas, cumpre destacar os serviços de:

- I — Assistência Médico-Sanitária
- II — Serviço de Assistência Hospitalar
- III — Produção de Insumos
- IV — Aperfeiçoamento e Treinamento de Pessoal e Educação Sanitária.

A Assistência Médico-Sanitária realizada através de 250 unidades ambulatoriais inclui, desde os serviços de profilaxia, controle e tratamento das doenças na área do Estado, à assistência dispensarial, desdobrando, ainda, as seguintes atividades:

- 1 — Administração das Regiões Sanitárias
- 2 — Saúde Pública em Geral
- 3 — Saúde Materno-Infantil
- 4 — Contrôles das Condições Ambientais
- 5 — Saúde Mental

A rede de hospitais do governo compreende os hospitais especializados de doenças mentais, tuberculose, lepra e cardiologia. O número total desses leitos hospitalares era, em 1968, de 5.349. Em 1969 foram acrescentados 38 leitos do Instituto de Cardiologia. Com a média de mais de 4 leitos por mil habitantes, existem atualmente em construção no Rio Grande do Sul 32 novos hospitais, mais 24 estabelecimentos que se encontram em fase de incorporação à rede. Deve-se este fato ao crescimento da demanda hospitalar por serviços remunerados face ao poder de compra destes serviços representado pelo INPS.

Em Instituto especializado, concentra o Estado a produção de vacinas anti-variólicas, anti-tíficas, BCG e anti-rábicas. Impor-

tante unidade coordenadora e produtora de insumos executa controle sobre a qualidade de produtos farmacêuticos, biológicos e alimentos; análises da poluição, colaborando, ainda, na investigação epidemiológica.

O quadro abaixo quantifica em números a execução dos serviços de saúde prestados pelo Estado durante o exercício de 1969:

Consultas Médicas	1.395.456
Consultas Odontológicas	335.712
Doses de vacinas aplicadas	4.171.056
Entrevistas de enf. orientação etc.	645.276
Visitas dom. de enferm. ou de educação	67.668
Atendimento de serviço social	105.612
Visitas de saneamento	419.004
Outras atividades finais	288.276
Eletrocardiogramas	900
Radiografias (tele e abreu)	117.324
Exames de Laboratório	214.764
Farmácia — pessoas atendidas	896.040
Lactário — pessoas atendidas	351.816
Análises clínicas	320.400
Análises prévias para licença de fabricação de produtos alimentícios	560
Análises fiscais	5.544
Produção de vacinas:	
Anti-variólica (doses)	4.310.800
Anti-tífica (doses)	508.200
BCG (doses)	268.150
Anti-rábica (doses)	230.050
N.º de Pacientes inscritos nas Unidades	353.160
N.º de Processos encaminhados	63.504

As pré-condições básicas para um sistema de planejamento lançadas em 1968 e a implantação efetiva, em 1969, da Reforma Administrativa e de um moderno sistema de estatística, utilizando processos eletrônicos, possibilitarão à saúde pública do Rio Grande do Sul instrumentos mais dinâmicos e agentes mais eficientes na conquista de um melhor nível de bem-estar social.

Os serviços de saneamento básico constituem uma das medidas que, isoladamente, tem maior repercussão sobre a saúde das populações. Consciente dessa importância, o Governo Federal, através do Programa Estratégico de Desenvolvimento, fixou diretrizes e a política a ser seguida no fortalecimento desta infraestrutura social: saneamento do meio e de todas as outras esferas diretamente relacionadas com o bem-estar sanitário, em termos de coletividade. No que pertine a recursos para aplicação nesse setor, a instituição do Fundo de Financiamento para Saneamento (FISANE) assegurou aos Estados a ampliação de suas faixas de disponibilidade. O Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado a firmar convênio com base nesse sistema, em abril de 1968, e vem se colocando numa destacada posição frente às demais Unidades da Federação.

Para que se evidencie a afirmação precitada cumpre que se diga que há vinte e três anos passados, em 1947, o Estado contava com apenas sete cidades do interior abastecidas de água potável, num total de 10.839 economias, atendendo apenas 54.000 habitantes. Em 1966, época da criação do órgão central de saneamento, estas economias alcançaram a 156.608. E no fim de 1969 este número atingiu a 197.125 economias ou 985.655 habitantes, com uma média de cinco pessoas por residência.

Dando prosseguimento a sua política de expansão no setor de saneamento, o Governo do Estado firmou contrato com o Consórcio das empresas Latino-Consult Brasileira Ltda. e Ital Consult Società Generale Per Projezioni Consulense Partecipazioni — para a realização de estudos e projetos e atividades afins do saneamento básico. Pelo referido contrato, inicialmente trinta e seis municípios considerados prioritários deverão ter projetos para implantação de obras de esgotos, seguindo-se após os demais, também carentes desse serviço, abrangendo um total de mais de duzentas cidades. Atualmente, o número de pessoas beneficiadas com serviços de esgoto é de 142.000, na área da CORSAN. Os quadros anexos contêm situação geral dos serviços de saneamento colocados pela CORSAN à disposição da população e tra-

duzem com eficiência o acréscimo e o incremento imprimido pelo setor público a este importante fator infra-estrutural.

CIDADES SERVIDAS COM REDE DE ESGOTO

1966/69

ANOS	U. S. COM SISTEMAS DE ESGOTO		
	Tratado	Não Tratado	Total
* 1966	7	5	12
1967	6	7	13
1968	6	8	14
1969	8	6	14

* Recebidos do Estado

REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

ANOS	Metragem	Incremento	Acréscimo %
1967	1.963.039	—	—
1968	2.281.933	318.894	16
1969	2.573.892	291.959	13

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

1966/69

ANOS	N.º médio de ligações no ano	População atendida	População cidadina	Percent. popul. serv.
1966	146.900	661.050	1.421.780	46%
1967	159.398	717.291	1.519.800	47%
1968	172.870	777.915	1.603.780	48%
1969	197.131	891.495	1.676.640	53%

TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO SOCIAL

No entendimento de que desenvolver não é só acionar os mecanismos da produção, promovendo o aumento da riqueza, mas propiciar a que todos os membros da coletividade participem ativamente na promoção do bem-estar, ocupando sua capacidade produtiva e criadora, ao mesmo tempo que se lhes oferecem os meios de se beneficiarem da riqueza para a qual êles concorreram, o Governo do Estado, através de seus órgãos de trabalho e ação social, procurou acelerar o desenvolvimento do setor público na dupla dimensão da promoção do homem e de toda a comunidade. Consciente da necessidade de um aprimoramento técnico, a curto prazo, do trabalhador, elevando-o dessa forma a um melhor status econômico e social, o governo realizou cursos de treinamento profissional sobre diversas especialidades, partindo de pesquisa elaborada nos mercados de mão-de-obra da capital e do interior do Estado, buscando, com uma maior objetividade, atender as demandas laboriais.

Procurando incentivar sempre e mais o trabalhador na sua tarefa de aprimoramento, bolsas de auxílios foram concedidas a alunos desempregados da construção civil e da indústria, durante todo o período de treinamento, num total de NCr\$ 119.500,00 e ferramentas-prêmio aos concluintes dos cursos técnicos foram, ainda, distribuídas no exercício de 1969, num total de 1.600 jogos.

Os quadros anexos retratam com fidelidade e em níveis significativos o trabalho realizado pela Administração Estatal neste setor.

Cursos	N.º de Cursos	N.º de Alunos Formados
Cursos de Construção Civil	117	1.040
Cursos de Mecânica e Metalurgia	90	820
Cursos de Eletricidade	22	196
Cursos de Indústria de Couro e Borracha	11	54
Cursos Artesanais	25	399

MUNICÍPIOS ATINGIDOS

Municípios	N.º de Cursos	N.º de Alunos Formados
Pôrto Alegre	93	994
São Leopoldo	48	330
Caxias do Sul	27	305
Jaguarão	22	203
Passo Fundo	24	252
Bento Gonçalves	3	33
Guaíba	21	188
Nôvo Hamburgo	16	152
Pelotas	30	372
Bom Jesus	3	38
Bom Princípio e Tapera	4	80
Rio Grande	2	36
Arroio do Meio	2	43
Arroio dos Ratos	1	26
Mostardas	6	88
Farroupilha	1	22
Santa Cruz do Sul	6	64
Tôrres	3	22
São Francisco de Paula	5	58
TOTAL	317	3.306

Assessoria e formação sindical ao trabalhador da zona rural do interior do Estado também foi programada pelo govêrno, objetivando dessa forma criar núcleos e elementos capacitados para divulgarem diretrizes governamentais, voltados, ainda, à assistência, valorização e integração do trabalhador dentro do complexo social brasileiro e do Estado, realizando 42 seminários, na capital e no interior, facilitando a Administração tôdas as despesas de locomoção e alimentação aos participantes dos conclaves.

Foi iniciada, no exercício que findou, pelo executivo Estadual, através de convênio firmado com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, atividade no sentido de facilitar ao trabalhador a obtenção de sua carteira, registro profissional e alterações civis, tendo sido viabilizadas, através do órgão central do trabalho, 4.486 carteiras, em apenas meio ano de vivência do nôvo serviço.

O atendimento ao menor desajustado e abandonado não mereceu do Govêrno do Estado menos cuidado e atenção do que outros setôres de infra-estrutura social. Procurando maior flexibilidade de atuação, foi transformada a estrutura administrativa e legal do órgão especializado na matéria, buscando-se, para o exercício de 1970, atingir os objetivos propostos livres da peculiar burocracia ainda inerente aos órgãos da administração centralizada.

Os diversos programas de atendimento organizados neste setor vão desde a manutenção de crianças em instituições próprias (N.º total = 870 — Custo NCr\$ 1.220.075,00); em instituições particulares (N.º total = 2.528 — Custo NCr\$ 932.000,00); instalação de casas-lares (N.º total = 8); auxílios econômicos a famílias desajustadas (N.º total de: crianças beneficiadas = 298 — adultos atingidos = 109 — Custo NCr\$ 25.000,00); crianças colocadas em lares substitutos remunerados (N.º de crianças colocadas = 213 — Custo NCr\$ 138.118,00); convênios com obras particulares (N.º total = 119 — Custo NCr\$ 932.000,00); ajuda técnica a obras particulares para menores (N.º de obras atingidas = 125, N.º de municípios = 43 — Custo NCr\$ 30.000,00).

O plano habitacional do Estado, ao lado de outros aspectos do atendimento social promovido pelo setor público, e que representam a preocupação do governo em colocar à disposição do trabalhador e do homem do Rio Grande melhores níveis de infra-estrutura social, de educação, saúde, saneamento, aprimoramento da mão-de-obra, atendimento ao menor, propicia condições mais dignas de vida e moradia.

Paralelamente ao programa de habitação realizado no exercício de 1969, com a construção de 1.071 casas, onde foram investidos NCr\$ 4.412.840,00 o governo destinou recursos da ordem de NCr\$ 500.000,00 para serem empregados em melhoramentos das condições de habitabilidade das Vilas Populares.

Em obras de infra-estrutura foram, ainda, empenhados NCr\$ 505.908,00 e com aquisição de áreas para construção de novas unidades de habitação foi alcançado um custo de NCr\$ 1.554.000,00.

Tendo o plano habitacional como tônica o aspecto social, o governo vem se preocupando com a adoção de uma política de recuperação dos prestamistas inadimplentes, visando não só possibilitar ao homem do Rio Grande da escala social por ele atendida a continuidade de usufruir do benefício da casa própria, bem como atuar sobre o fluxo financeiro do órgão especializado. Graças a esta orientação, vem cumprindo o Estado, rigorosamente em dia, os compromissos com os agentes financeiros, prevenindo-se que, mantidos os atuais níveis de arrecadação, estará o governo em condições financeiras de lançar-se com mais êxito aos novos empreendimentos de seu plano de ação no setor.

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança, elemento fundamental dentro da organização do Estado, não foi descuidada pelo Govêrno em sua tarefa de reorganização e adequação das infra-estruturas do setor público a níveis condizentes com o progresso e desenvolvimento do Estado.

Dentro da prioridade imprimida à reformulação da Segurança Nacional, as funções da Segurança interna passaram, também, a ser visualizadas e compreendidas através de um nôvo conceito e, conseqüentemente, vestidas com outra organicidade.

Considerando que sua finalidade é tornar efetivo o respeito às garantias individuais, à ordem e à tranqüilidade públicas, prestando, ainda, a mais ampla colaboração à justiça repressiva, mudanças estruturais em seus equipamentos e materiais de serviço foram processadas, buscando torná-los mais consentâneos com os novos usos reclamados pela especialização de funções e de agentes físicos mais aprimorados.

A reforma que começou a ser implantada em 1969 no órgão específico de Segurança do Estado, destacou os seguintes objetivos e atividades:

I — Melhoria dos sistemas de telecomunicações e dos meios de transportes para a “Área Metropolitana” e para a “Área do Interior”, materializada na aquisição e reaparelhamento de 221 viaturas de serviços;

II — Adoção de técnicas modernas de registro e transmissão de informações criminais, propiciando a especialização de recur-

soz humanos dentro da área do Estado e junto a Países plenamente desenvolvidos, em atualizados métodos de investigação e policiamento.

III — Renovação do ambiente físico de trabalho, visando ao aperfeiçoamento das condições de prestação dos serviços ligados à segurança, consubstanciada a construção de prédios de alvenaria para Delegacias Regionais, salientando-se a conclusão do Instituto Médico Legal, dotado de moderníssimo aparelhamento que credencia e coloca a instituição entre as mais bem aparelhadas e em condições de realizar laudos, diagnósticos e perícias de significativo alcance técnico médico-legal;

IV — Uma maior integração e relacionamento humano entre as polícias civil e militar do Estado, bem como entre estas e órgãos policiais federais, tem sido, dentro da programação do exercício que findou, cuidado máximo da política do govêrno, no entendimento de que, quanto maior interação e relacionamento houver entre os homens que compõem uma corporação, mais agradável será o trabalho e mais eficiente a produção dos serviços;

V — Objetiva, ainda, o órgão central da Segurança utilizar, como já vem utilizando, o sistema de processamento de dados do Estado para registros criminais, identificações e outros aspectos pertinentes à problemática do trânsito.

O “Conselho Comunitário de Educação para o Trânsito” (CONCETTRAN), criado para reunir instituições e a comunidade, neste exercício passará a funcionar plenamente, consignando os esforços público e privado na consecução dos fins a que se propõe.

A fiscalização e atendimento do órgão especializado com referência a Acidentes de Trânsito, que no ano de 1968 remeteu à Justiça 2067 processos, intensificou, no exercício que decorreu, sua atuação, providenciando na remessa ao Poder Judiciário de 6226 processos, apreendendo, ainda, 1663 Carteiras Nacionais de Habilitação.

A polícia militar do Estado teve um aumento substancial no acervo de serviços afetos a sua competência, com a extinção da guarda civil, da de trânsito e da polícia rodoviária, passando a realizar todo o policiamento ostensivo-fardado do Estado, não só aos eventos normais e comuns, como também, nos eventuais distúrbios e agitações, na capital e interior.

Para atender às novas funções legalmente a si atribuídas, o órgão central de polícia militar procurou, através de cursos de aperfeiçoamento a membros da corporação pertencentes a todos os níveis hierárquicos, habilitar e dotar com condições de eficiência seu contingente humano, melhorando o currículo dos cursos já existentes e criando outros, como o Curso Superior de Polícia Militar e descentralizando para Santa Maria a Escola de Formação de Graduados (ESFAG).

Ao equipamento e instrumental de trabalho também foi dada a devida atenção, para que o aprimoramento do policial encontrasse a devida compensação no aparelhamento técnico a ser utilizado.

Cooperando para a segurança e a tranqüilidade públicas em situações as mais diversificadas, como salvamentos e combate ao fogo, os bombeiros, hoje, com muito mais adequação pelos meios técnicos e materiais de que agora dispõem, estão preparados para o êxito nas dignas tarefas que lhe são conferidas.

RECUPERAÇÃO SOCIAL DO APENADO

A execução dos serviços penitenciários — que tem por finalidade o planejamento e a efetivação da política penitenciária no âmbito do Estado — programou no exercício transato atividades de aprimoramento dos agentes humanos que lidam com a população carcerária, especializando-os para o desempenho de suas funções, através de cursos organizados e realizados, num total de 170 hs/aula, pela Escola Penitenciária e com a participação de 172 alunos, distribuídos em 4 turmas na capital e 2 na Penitenciária Estadual do Jacuí, sendo a aprovação no referido curso pressuposto básico para o exercício das funções especializadas no trato cotidiano dos apenados.

Além disso, elaborou o órgão penitenciário estadual Curso de Dinâmica de Trabalho em Grupo, integrado por 11 alunos, com a duração de 50 horas/aula, visando à preparação de coordenadores — elementos fundamentais para a perfeita comunicação e conseqüente relacionamento entre os agentes do Estado e os presidiários.

Por entender que o aprimoramento profissional, ao mesmo tempo em que mantém ocupado ao apenado, garantindo-lhe sua posterior absorção pelo mercado de trabalho, possibilitando-lhe, dessa forma, melhores níveis de recuperação e segurança, o Governo do Estado se lançou, juntamente com o Governo Federal — através do MEC — em um programa intensivo de formação de mão-de-obra industrial no meio penitenciário, preparando operários especializados para atender à demanda de trabalho.

Articulando esforços, os órgãos centrais da justiça e da educação realizaram cursos primários supletivos no Presídio de Pôrto Alegre e na Penitenciária Estadual do Jacuí, procurando erradicar o analfabetismo e dotar de melhores condições o apenado em fase de recuperação.

A comunidade também se fêz presente nesta dignificante tarefa de reerguimento moral e social do homem privado da liberdade, com a participação de destacados intelectuais riograndenses em cursos de formação artística, despertando sua atenção para uma tarefa que lhe permita sentir-se útil, descobrindo-lhe, ainda, potencialidades até então ignoradas.

O sistema penitenciário estadual conta com 84 presídios municipais, além do Central de Pôrto Alegre, Instituto Psiquiátrico Forense, Instituto Feminino de Readaptação Social, Penitenciária Estadual do Jacuí e Colônia Penal Agrícola por onde se distribuem, atualmente, cêrca de 5.000 apenados.

INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No campo da administração pública, cabe menção, em primeiro lugar, ao princípio de valorização do servidor, peça básica de todo o organismo estatal. A política de pessoal, que já anteriormente se pautava, implicitamente, por tal doutrina, continuou neste rumo, agora porém com ênfase explícita e objetiva.

As preocupações no sentido de oferecer à força humana de trabalho a consideração e a motivação a que o funcionário faz jus, foram caracterizados, materialmente, na justiça salarial que o Governo vem procurando assegurar, continuamente, com revisões de vencimentos em níveis adequados e viáveis para o erário público, o que, ao mesmo tempo, assegura o pagamento em dia.

A assistência social ao servidor público pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos quantitativos, observados em 1969:

- habitação social: — concluídos em 1969 — 126 apartamentos e 30 casas de alvenaria;
 - em andamento, para entrega em 1970, 284 apartamentos e 352 casas de alvenaria;
 - construções com início programado para 1970, 514 apartamentos;
 - investimento total em 1969: NCr\$ 11,9 milhões;
- plano de interiorização, levando os benefícios a todo o Estado: criação de 22 agências e nomeação de 147 representantes;

-- crescimento dos benefícios com relação a 1968:

pensões	29,6%
abono familiar	39,7%
auxílio natalidade	61,3%
seguro hospitalar-operatório	24,8%
pecúlio post-mortem	41,7%
empréstimos simples	11,5%
financiamentos assistenciais	24%
farmácia	52,7%
seguros de vida	1,8%

No tocante à organicidade da máquina estadual, ocioso seria dizer mais do que o Decreto da Reforma Administrativa, pois tal diploma contém toda uma filosofia de administração pública, dando início a um processo que, de direito, já propiciou uma fase inicial de Reforma e, de fato, conduziu à obtenção de resultados imediatos no que respeita à racionalização de métodos e processos de trabalho e de simplificação de rotinas.

Dos instrumentos de administração com que conta o Poder Público, o processamento eletrônico de dados tem favorecido sobremodo a aproximação do objetivo de racionalizar e acelerar o andamento das atividades de apoio. Esta técnica tem servido, para citar exemplos específicos: na área da segurança pública, desde a confecção de cheques de pagamento do serviço de Fundos da Brigada Militar até a automação dos serviços relacionados com as multas por infração de trânsito e sua inclusão nos conhecimentos de pagamento dos tributos de trânsito; na área fazendária, é peça fundamental no Plano de Centralização de pagamentos ao pessoal, na manutenção do Cadastro Geral de contribuintes do ICM e do seu controle de recolhimentos; utilizam-se, ainda, dos serviços, as atividades estatísticas, em especial, a previdência social do servidor, o setor rodoviário estadual, a COHAB — RS e, até mesmo, as municipalidades de Canoas e Rio Grande, apenas para dar a conhecer alguns dos casos que estão sendo atendidos.

A Imprensa Oficial fez circular, no ano de 1969, 300 edições do Diário Oficial, com uma tiragem anual de mais de 1.800.000

exemplares, tendo ainda produzido 7 milhões de páginas em impressão tipográfica e 1,5 milhões de páginas em off-set, entre produção de obras e material de expediente.

Particular atenção se tem dado à compra de materiais para o setor público, assim como à sua utilização. No que se refere a fornecedores, estão já cadastrados 896 concorrentes, o que revela o interesse despertado diante da política de pagamento à vista. O movimento de compras centralizadas superou, no exercício passado, a casa dos NCr\$ 60 milhões. Tais números revelam, muito embora absolutos, a significativa influência que o setor público estadual vem tendo no movimento comercial. A compra centralizada, mediante a aquisição racional e o barateamento do preço em face do volume comprado, acarretou uma economia calculada em NCr\$ 16 milhões, cifra altamente compensadora ao esforço empreendido.

COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Este tema foi como que a pedra de toque sôbre a qual assenta a filosofia de formulação das diretrizes emanadas da Reforma Administrativa como orientação para a atividade Setor Público, e que lhe irá conferir, paulatinamente, a organicidade e a funcionalidade de que carecia.

Coordenação, concebida como harmonia; planejamento, como processo sistematizado, universal e contínuo. Tudo sem supervalorizações a órgãos, hierarquias e atribuições.

A coordenação não foi confundida com intromissão nem planejamento com fonte central inquestionável de determinações a cumprir.

A primeira, terá a função de promover a comunicação e o bom atendimento, diretos ou implícitos, em tôda a extensão e profundidade do organismo público, evitando duplicidades ou omissões onerosas e improficuas; o segundo, a ação pensada antes, durante e após o ato, em lugar da improvisação ou da intencionalidade subjetiva, dispersivas; ambos considerados como instrumentos dinâmicos e flexíveis com que o Poder Público possa contar como aceleradores para maiores produção e produtividade, em favor de uma ação impulsionadora do desenvolvimento do Estado, e que visa, precipuamente, a melhoria das condições de vida da sua gente.

A criação de uma Secretaria não pretendeu institucionalizar um órgão e sim uma idéia; um marco de referência, em relação ao qual, medindo-se e corrigindo-se os desvios, se tenha condições de manter um rumo que poderia ser esquecido ou abandonado

com a acumulação dos erros, cometidos pela imperfeição natural ou intencional, e que não poderiam ser mensurados sem um padrão de comparação ou referência.

Os resultados hoje esperados da medida não chegarão, talvez, a serem percebidos, uma vez que, pela dinâmica imaginada, à sua concretização surgirão novas promessas, de cuja viabilização já ninguém terá a ousadia de duvidar. Será quando o planejamento, como instrumento de administração coordenada, hoje aceito por muitos e admitido por alguns, se torne rotina e produza normalmente os resultados que a ação sensata é capaz de promover, simplesmente.

E o relato dos resultados da programação não se apresenta, como nunca se irá apresentar, diretamente relacionado com o planejamento — nem em termos físicos e financeiros, quantitativos ou qualitativos —, mas sim pela avaliação da eficiência e dos resultados conseguidos, naqueles termos e nos de seus reflexos sociais, pela administração pública como um todo coordenado e integrado.

**INTERIOR, JUSTIÇA E DEFESA JUDICIAL
DO ESTADO**

INTERIOR E JUSTIÇA

O serviço de registro de comércio do Estado, atividade de vital importância para a vida das empresas comerciais e industriais com sede ou filiais na capital e interior do Rio Grande do Sul, é requisito essencial para a plena validade dos atos jurídicos que praticam. No decorrer do exercício de 1969 foram protocolados pelo órgão executor dessa tarefa 46.705 livros comerciais, 3.327 contratos de sociedade e, aproximadamente, 7.000 processos de alteração, transformação, dissolução e constituição de sociedades, além de outras atividades, em um total de 29.747 documentos, fornecendo, ainda, 6.898 certidões e fotocópias. A realização dessa atividade é permanente e, durante os últimos exercícios, vem crescendo progressivamente, fato que atesta indiscutivelmente o avanço econômico do Estado, já que no registro do comércio se verifica necessariamente toda e qualquer capitalização de recursos efetuada pelas empresas comerciais e industriais, bem como o surgimento de novas sociedades ou firmas mercantis.

Consubstancia o acima exposto dado comparativo do movimento ocorrido no exercício de 1968, quando foram protocolados 24.495 documentos, com o observado em 1969, que registrou 35.769 expedientes, verificando-se, portanto, um aumento de 46,01%.

No trabalho de arquivamento e guarda de documentos de administração pública, o órgão especializado dedicou o ano de 1969 ao reaparelhamento técnico do instrumental de trabalho, com adaptação de sua infra-estrutura às crescentes necessidades defluídas do ritmo de desenvolvimento do Estado.

No exercício de sua principal atividade — guardar e conservar a documentação pública — o sistema de microfilmagem introduzido por esse órgão propiciará a conservação durante longo tempo dos documentos, além de possibilitar a sua rápida e fácil recuperação, haja visto que o primeiro inventário do Estado data de 1764, estando praticamente ilegível, devido à ação do tempo e da umidade.

Com o arquivo de microfilmes, o órgão técnico reduzirá seu déficit orçamentário — toda certidão fornecida dá ao Estado atualmente um prejuízo de aproximadamente NCr\$ 20,00, passando à qualidade de órgão arrecadador e reduzindo, ainda, dessa forma, o pessoal utilizado para a produção desse serviço.

Para o ano de 1970, há previsão de o Estado adquirir um “leitor-copiador”, bem como a definitiva instalação de todo o material técnico, visando aproveitar ao máximo possível o espaço físico de que dispõe para as atividades, evitando a construção de um novo pavilhão, que de imediato, tornar-se-ia necessário para atender a demanda nos moldes tradicionais de trabalho, acarretando despesa muito maior do que todo o projeto da microfilmagem.

DEFESA JUDICIAL
DO ESTADO
E
ASSISTÊNCIA JURÍDICA

O órgão que centraliza o Sistema de Assistência jurídica na Administração viu suas atribuições acrescidas pelo provimento executivo que implantou a Reforma Administrativa — e agora por força constitucional — pois além de assessorar juridicamente ao governador, à administração direta e aos municípios e prestar assistência judiciária gratuita a pessoas que nos termos da lei fazem jus ao benefício, recebeu a incumbência de defender judicialmente o Estado.

Na atividade de prestação de serviços jurídicos ao Chefe do Poder Executivo, aos órgãos da administração centralizada e aos municípios, desenvolveu no ano de 1969 diversificado atendimento, desde a emissão de pareceres, elaboração de projetos de novas estruturas legais para os municípios, instauração, desenvolvimento e revisão de inquéritos, sempre com o cuidado de sistematizar dentro do Estado a orientação geral nas questões de direito consideradas relevantes e de interesse para a pessoa administrativa.

No entendimento de que assistir juridicamente aos menos favorecidos envolve uma gama de aspectos sociais e econômicos, a execução dos serviços judiciários gratuitos é realizada por Advogados de Ofício secundados por Assistentes Sociais, havendo, no exercício que findou, atendido a precitada unidade 24.134

pessoas em matéria cível, trabalhista e criminal, bem como em assuntos extra-judiciais e administrativos, na capital e 13 comarcas do interior.

Para cumprir o nôvo desiderato legal, na defesa judicial do Estado, providências de ordem estrutural e administrativa foram adotadas pelo órgão central do sistema, a fim de que neste ano possa, com infraestrutura material e humana, assumir com eficiência as relevantes funções para as quais foi designada.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

O estudo do comportamento da receita geral do Estado se apresenta interessante, quando postos em cotejo os dados referentes aos últimos exercícios em que vigorou a antiga distribuição das rendas públicas com as pertinentes aos recentes exercícios em que passou a ter aplicação a reforma do sistema tributário.

O período 1964/1970 engloba os três últimos anos do antigo sistema e os quatro primeiros anos da nova sistemática tributária. Durante o período de 1964 a 1968 a receita geral do Estado entrou num crescimento bastante modesto, com pequenos recuos em 1965 e 1967; o crescimento médio anual de 4% se colocou abaixo do nível de crescimento da renda regional, estimada em 5% ao ano. A partir de 1969, manifesta-se uma acentuada tendência para maior expansão da receita geral, por influência de um mais expansivo acréscimo das receitas de capital. A análise das receitas correntes no período 1964/1970 permite concluir que a sua evolução se faz de forma bastante lenta, com pequenos acréscimos e decréscimos que, ao final, escassamente equilibram a taxa de crescimento da economia.

Representando a receita tributária, dentro do grupo das receitas correntes, aproximadamente 90% do total, verifica-se que os impostos e taxas englobadamente consideradas não registram acréscimo superior à renda regional; vale dizer, a carga fiscal, no Estado, se manteve estacionária naquele espaço de tempo.

Conclui-se que a reforma tributária posta em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1967, no Brasil, se apresenta como neutra

do ponto-de-vista das finanças do Estado, não considerando seus aspectos positivos em termos de racionalização do sistema.

Constatando que a evolução da receita tributária, nos últimos tempos, vem registrando índices de crescimento praticamente equivalentes aos de aumento de renda regional, voltou-se o Estado para um maior recurso aos empréstimos, como fonte de financiamento dos investimentos básicos para o desenvolvimento da sua economia, mediante um esforço hoje concretizado na utilização de importantes obras de natureza infra-estrutural que projetarão benéficos efeitos, muito neste período governamental, mas principalmente bem mais nos que se lhe sucederem.

Em 1969 as receitas correntes contribuíram com NCr\$... 967.387.000,00, representando 95% do total, cabendo às receitas de capital concorrerem com 5%. Dentro do elenco das receitas correntes assume especial relêvo a receita tributária, com uma arrecadação de NCr\$ 871.802.375,00, representando 85% da receita geral do Estado.

Em decorrência da reforma tributária nacional, passou o Estado a contar, a partir de 1967, com apenas dois impostos: o impôsto sôbre circulação de mercadorias e o impôsto sôbre transmissão de bens imóveis. Enquanto o primeiro vem sendo responsável por aproximadamente 99% da receita tributária, o segundo está contribuindo com apenas 1%.

De acôrdo com a filosofia que inspirou a Reforma tributária brasileira, reservou a União para a sua área de competência, basicamente, os impostos que, por suas peculiaridades, mais adequadamente pudessem ser utilizados como instrumento de política econômica, deixando com os Estados e Municípios aqueles que, sob tal aspecto, se revestissem de uma acentuada neutralidade.

Revelou a longa experiência do passado que a utilização dos impostos estaduais e municipais como meio de expansão das atividades econômicas gerou, numa primeira etapa, aspectos de competição geral entre as unidades federadas ou dentro delas

mesmas, para, mais tarde, vir a se anular em seus efeitos à medida que os benefícios tributários se generalizarem e reciprocamente se compensarem.

O imposto sobre circulação de mercadorias constitui-se, incontestavelmente, na viga mestra da receita estadual, pois carrega para os cofres públicos, aproximadamente, 70% do seu total. Na qualidade de imposto indireto não seletivo, sua taxaçaõ deve ser geral e uniforme, não comportando isenções nem reduções, salvo aquelas tipicamente geradoras de incentivos que fomentem, por sua vez, o desenvolvimento do Estado, sempre a carecer de novos e vigorosos impulsos, como o atestam sobejamente os resultados que já se alcançaram, mercê da firme implantação dessa política.

Dentro dessa ordem de idéias, verifica-se que os vários convênios celebrados entre o Rio Grande do Sul e os demais Estados que integram a região geo-econômica centro-sul, de um lado tiveram o indiscutível mérito de uniformizar o tratamento fiscal, de outra parte ampliaram os favores tributários concedidos aos contribuintes.

A implantação do novo sistema tributário nacional, em princípios de 1967, com a substituição do imposto sobre vendas e consignações pelo imposto de circulação de mercadoria, motivou o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a adotar uma política agressiva no que concerne aos incentivos fiscais, notadamente àqueles que representam a base econômica do Rio Grande do Sul, quais sejam os produtos primários provenientes da agricultura e da pecuária. As estimativas efetuadas acusam que deixaram de ser carreados aos cofres públicos, a título de ICM sobre as exportações em aprêço de 1967 a 1969 a quantia de NCr\$ 142.500.000,00. Em contrapartida, ensejou o escoamento total de diversas safras, que se encontravam estocadas, sem interessados, como a lã, fumo, arroz e outros produtos básicos da economia gaúcha, propiciando ainda novos estímulos ao produtor, que passou a vislumbrar melhores perspectivas para o seu produto, face a certeza e a segurança de ver colocada a sua pro-

dução. Os resultados já se fazem sentir, com melhores safras, ingresso de numerário resultante das exportações concretizadas, reconquista de mercados consumidores perdidos anteriormente.

Nos dois primeiros anos de implantação do ICM, face ao diferimento da incidência, com o objetivo de liberar o setor primário do recolhimento direto do tributo — diferimento êsse justificado pelo fato da economia estadual assentar-se nesse setor — enfrentaram as autoridades fazendárias o problema decorrente do recolhimento do impôsto somente após a segunda etapa, o que provocava uma defasagem de um a dois meses, problema êsse praticamente superado a partir de 1969, terceiro ano de implantação, apresentando em suas arrecadações um bom grau de estacionalidade no tocante às variações mensais anteriormente ocorrido.

Assim, podemos dizer que hoje o ICM deixou de ser uma “caixa de surpresa” para consolidar-se em sua estrutura, atendendo às necessidades do erário público.

As perspectivas para o futuro são as melhores, pois a análise do comportamento da arrecadação dos três primeiros meses do corrente ano, em que pesem as baixas arrecadações naturais do início do exercício, nos permite avaliar que o ICM, caso mantenha-se o ritmo atual, deverá atingir a previsão orçamentária, levando-se em conta, também, o reativamento da economia gaúcha, tendo em vista as ótimas safras que se avizinham e as medidas tomadas pelas autoridades no que se refere aos preços mínimos e escoamento das aludidas safras, dando assim, condições para a comercialização imediata, provocando, naturalmente, a dinâmica do organismo financeiro.

Finalmente, a fixação pelos Governos Federal e Estadual dos pontos estratégicos das diretrizes sócio-econômicas, leva-nos a crer que a atual situação, no tocante às previsões para o ICM, tenderão a melhorar, ou pelo mínimo, estabilizar-se, apresentando um crescimento natural. Calcados nestas premissas, as projeções para futuros ingressos do ICM no triênio 1971/1973, a preços

constantes, apresenta a perspectiva de 6,5% de crescimento em 1971, 7,0% em 1972 e 7,5% em 1973, totalizando NCr\$ 5.289.000.000,00 no triênio.

Segundo estimativas, o Estado dispendeu em 1969 a quantia de NCr\$ 1.213.357.000,00, equivalente a 92% da autorização contida na Lei de Meios para o referido exercício, apresentando a despesa um crescimento a preços correntes, equivalente a 13,4% em relação a 1968. 42% desse valor atendeu despesas de custeio, representando a parcela de pessoal em atividade 33% da despesa global e 77% do gasto de custeio.

Em investimentos e inversões financeiras, aplicou o Estado a elevada quantia de NCr\$ 233.000.000,00, dizendo respeito somente à administração centralizada, isto é, sem computar o volume de investimentos feitos através dos órgãos autárquicos ou sociedades de economia mista, os quais são responsáveis pelo maior volume das aplicações feitas pelo Estado.

No que diz respeito ao movimento de Apólices e Letras do Tesouro, a posição do Rio Grande do Sul ficou estabelecida segundo as disposições contidas no ato n.º 58, do Senado Federal, de 23-10-68 e da Resolução n.º 101, de 8-11-68, do Banco Central do Brasil, em um teto de NCr\$ 186.213.408,00.

O movimento registrado de Letras do Tesouro do Estado em 1969 atingiu, em emissões, NCr\$ 164.521.354,00 e em resgate NCr\$ 146.899.687,00.

A aceitação e colocação de Letras do Tesouro no mercado financeiro é excelente, devendo-se tal fato, principalmente, à absoluta pontualidade do pagamento nos prazos estabelecidos, ao rendimento pago ao investidor, mas, sobretudo, à sua indispensável liquidez.

O líquido do produto obtido com a colocação de Letras do Tesouro enseja ao erário estadual reforço de numerário à Tesouraria, possibilitando maiores recursos para financiar os planos de trabalho a que se propõe o Governo.

Cabe acrescentar, ainda, que o crédito do Estado, tanto interno como externo, é o melhor possível e isso se deve, justamente, ao rigor com que vem cumprindo seus compromissos com o funcionalismo, com os fornecedores e com os que lhe tem propiciado financiamentos ou celebrado operações de crédito.

Com referência a atuação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no que diz respeito ao Rio Grande do Sul, observa-se que do total dos financiamentos concedidos, 50,4% coube ao Estado. No que tange às aplicações globais do Banco, por origem de recursos, verifica-se que a participação do FIPEME foi de 22,8% do valor total.

A contribuição dos recursos próprios na colaboração financeira contratada também alcançou a maior participação, ou seja, aproximadamente 35,8%, compreendendo financiamentos específicos e complementação aos mesmos dos Fundos administrados pelo B.R.D.E.. Os recursos originários do Banco Central, para o crédito rural, totalizaram 11,8% do montante financiado pelo Banco.

No que respeita às aplicações dos recursos do FUNDECE E FINAME em 1969, estas alcançaram, respectivamente, 3,4% e 5,8%. Os demais recursos externos à disposição do Banco representaram cerca de 20,4% do total aplicado em 1969, no Estado do Rio Grande do Sul.

As operações contratadas pelo B.R.D.E. no Estado, durante 1969, em valor, foram superiores às de 1968 em cerca de 35,9%. Para esse incremento contribuiu significativamente o Fundo de Investimento do Estado do Rio Grande do Sul, a exemplo do ocorrido no 2.º semestre de 1968, com atendimento da demanda de crédito, principalmente para giro, de elevado número de pequenas empresas que não tinham condições de suprir-se de recursos nas outras linhas de financiamento vigentes no Banco.

No Rio Grande do Sul, a distribuição dos financiamentos contratados, por zona fisiográfica, apresenta forte concentração

das aplicações em número e valor das operações, na Depressão Central. Realmente, do valor total do crédito concedido no Estado, aproximadamente 65,9% destinou-se àquele área, que constitui, sabidamente, a maior expressão industrial do Estado. Secundam-na as zonas da Encosta Inferior e Superior do Nordeste, com elevado número de financiamentos de pequeno valor.

Na aplicação dos recursos o Banco tem dado ênfase ao atendimento de planos que contemplam primordialmente investimentos na propriedade, que tendem a modificar a estrutura de produção. Tanto assim que as aplicações destinadas a capital fixo e semifixo somaram praticamente 85% do montante do valor dos empréstimos, cabendo 15% à parte de custeio, salientando-se que os créditos destinados a êste, somente são concedidos quando fazem parte de um plano integrado de financiamento.

No processo de Crédito Rural Educativo, conta o B.R.D.E. com a colaboração decisiva de algumas entidades, no sentido de, em conjunto e de forma harmônica, serem estudados os problemas de assentamento e reassentamento de agricultores, bem como os de colonização.

Merece destaque também a assinatura de convênio com o Instituto Riograndense do Arroz, através do qual o B.R.D.E. atenderá a lavoura orizícola em suas necessidades de grandes investimentos.

Tudo isto leva a crer que, do muito que tinha que ser feito, uma importante parcela foi efetivamente realizada, considerando ainda a hipótese de o BRDE dirigir-se à busca de novas oportunidades de investimento, principalmente entre as indústrias consideradas dinâmicas, a fim de diminuir o hiato que separa o Estado do centro industrial do País, mas sem esquecer, evidentemente, o apoio ao grupo tradicional que necessita modernizar-se. Este último, quer pelo aproveitamento de recursos naturais, quer pelo efetivo de mão-de-obra empregado, detém um papel muito importante no desenvolvimento do Estado.

Objetivando atuar na área do mercado financeiro, o Governo, respeitados os princípios que regem sua finalidade, utiliza-se de dois instrumentos orgânicos:

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BERGS — e a Caixa Econômica Estadual.

O BERGS, com vistas à integração de sua atividade no mercado financeiro, iniciou a formação de um complexo de empresas, inclusive de prestação de serviços. Todas estas gozam de excelente situação e apresentam resultados operacionais altamente satisfatórios. Mas esta posição e tal alargamento de atividade teria sido impossível se o Banco, como célula mãe, não estivesse sólidamente embasado no crescimento paralelo de suas rubricas fundamentais.

Sob este aspecto, o quadro a seguir bem expressa o desenvolvimento do Banco:

RUBRICAS	31.12.1966	31.12.1969
Capital	5.000.000	40.000.000
Reservas	7.696.087	17.565.262
Capital — Reservas . . .	12.696.087	57.565.262
Depósitos	91.730.322	268.980.920
Aplicações — Saldo . . .	83.255.916	400.546.322
Aplicações —		
	274.960.745	994.864.813
Total Aplicado		

Conforme está demonstrado, durante os três últimos anos, o Capital Nominal do Banco cresceu 700% e o total dos recursos próprios, 353%.

Tais percentuais, por si só expressivos, adquirem importância especial quando sabemos que advém, quase exclusivamente, de resultados operacionais e subscrições novas, porquanto somente foi efetuada reavaliação do ativo imobilizado em 1967.

Quanto aos depósitos, não obstante as inúmeras e novas opções que o mercado de capitais oferece para o público aplicar suas poupanças e ao controle rígido que as autoridades monetárias impuseram à expansão do meio circulante, cresceram 193%, ou seja, ao nível dos principais bancos brasileiros.

As aplicações, a exemplo dos recursos próprios, também apresentaram acréscimo excepcional. Enquanto que o saldo, em relação a 31.12.1966, cresceu 381%, o total aplicado em 1969 foi superior a 262% ao aplicado em 1966.

Estes resultados, altamente positivos, são fruto não só da política agressiva na consecução de recursos tradicionais, mas também do aproveitamento decidido de outras fontes que pudessem canalizar novos capitais para a economia gaúcha.

Nesse sentido, foi o BERGS buscar recursos externos para o comércio e indústria, especialmente, através da Resolução n.º 63 do Banco Central do Brasil, e para financiar obras do Governo Estadual, em diferentes esferas. Igualmente o fez em relação ao plano nacional, tornando-se agente financeiro de vários órgãos federais como FINAME, Banco Central do Brasil e Banco Nacional da Habitação. Só o setor do crédito agrícola triplicou os recursos obtidos de repasse, que somados aos próprios, proporcionaram uma aplicação de NCr\$ 39.648.418,00 em 1969, contra NCr\$ 11.657.308,00 em 1966, sem considerar as faixas de comercialização das safras agro-pecuárias, onde marcante foi também a presença do Banco. No terreno de crédito agrícola, passou, inclusive, a atuar destacadamente no crédito orientado e a longo prazo, visando o aumento da produtividade. O mesmo vale para o setor industrial, onde as aplicações oriundas da FINAME alcançaram NCr\$ 8.039.783,00, em 1969, contra NCr\$ 120.933,36, em 1966.

Como agente do BNH, além de financiar cerca de 1.000 unidades habitacionais urbanas, executa um programa pioneiro no Brasil de financiamento à construção, aplicação e melhoria das habitações rurais e se prepara a, também em caráter pioneiro, executar projetos de crédito fundiário.

Aliás, o Banco do Estado hoje pode ser caracterizado como um banco misto, isto é, comercial e de desenvolvimento, tal foi a projeção que obteve em financiamentos para investimento, criando inclusive o necessário departamento técnico.

Quanto à expansão da rede de Agências no âmbito nacional, mediante a aquisição do controle acionário do Banco Real de Pernambuco S. A. e sua posterior incorporação, foi possível estender o raio de ação do BERGS a mais duas unidades federativas (Pernambuco e Ceará), que agora já somam onze, elevando o número de agências para 149. Mediante iniciativa semelhante, o Banco providenciou para a expansão de sua rede em Santa Catarina.

A Caixa Econômica Estadual, que tem uma estrutura autárquica, manteve um ritmo de atividades significativo, como atestam os dados a seguir alinhados.

No tocante a depósitos em conta corrente, verificou-se um índice de crescimento de 60,46%, acusando um saldo de NCr\$ 107.970.070,00 contra NCr\$ 67.287.630,00 em 31-12-68.

O número de depositantes atual é de 602.761, o que faz notar que em cada 100 habitantes do Estado do Rio Grande do Sul, 9 são depositantes da Caixa.

Na Carteira de Crédito, destacam-se os empréstimos Universitários, sistema de financiamento de anuidades, tendo sido concedidos, no exercício, 1.811 empréstimos a Universitários de Pôrto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas, num total de NCr\$ 561.580,00.

O sistema de créditos a Municípios foi bastante incrementado e foram financiadas 44 Prefeituras num total de NCr\$ 7.960.450,00.

A aplicação maciça da Autarquia é na Carteira de Crédito Pessoal. Foram efetivados no exercício 63.618 empréstimos num total de NCr\$ 113.043.670,00.

A Carteira de Títulos, operando exclusivamente com Letras

do Tesouro, apresenta um saldo de NCr\$ 697.780,00, tendo efetuado 43 operações de desconto num montante de NCr\$ 1.178.740,00.

Na Carteira de Habitação, em convênio com o Banco Nacional da Habitação, foram financiadas 601 unidades habitacionais e 11 edifícios com 212 economias, perfazendo um total de 813 habitações. O montante liberado, em valor não corrigido, atingiu a soma de NCr\$ 14.087.892,00.

Para criarem-se melhores condições de trabalho, foi dado início à construção da sede própria.

Dentro das metas a serem perseguidas destacam-se como fundamentais a expansão de financiamentos a universitários e os empréstimos a municipalidades.

PESQUISA CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E ESTATÍSTICA

No tocante à pesquisa científica, procurou-se seguir a doutrina emanada da Unesco, mediante a qual cada região deve organizar seu programa de campos prioritários através dos quais se orientará o desenvolvimento harmônico das ciências básicas e aplicadas.

O Estado, em 1969, procurou orientar suas atividades, neste setor, com direção às áreas de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Regional.

Dentre as metas que se estão desenvolvendo com vistas à eficiência da pesquisa científica, constam:

- cadastro das instituições estaduais de pesquisa;
- cadastro Bibliográfico;
- atualização dos programas de ensino de Ciências no Círculo Secundário;
- pesquisas sobre agricultura, solos e estudos de fertilidade destes;
- pesquisas zootécnicas;
- estímulos a estudos de biologia marinha, economia e sociologia rural.

A concessão de bolsas e auxílios a pesquisadores atendeu, em 1969, a 65 pedidos relacionados com os temas acima abordados.

Tem em mira o Estado continuar sua ação dentro de diretrizes que lhe permitam cooperar com o esforço nacional de desenvolvimento científico através não só da concessão de bôlsas e de auxílios aos pesquisadores, capazes de cooperar para o desenvolvimento de nosso Estado, mas especialmente através do incentivo à cooperação interdisciplinar entre as universidades e instituições estaduais de pesquisa, por via do levantamento cadastral que refletirá o estado atual da pesquisa em nosso Estado, seus anseios e potencialidades, e promovendo reuniões de especialistas, almejando um aumento de produtividade, uma maior disseminação dos planos globais dos diversos setores de atividade científica, um amparo aos pesquisadores engenhosos e capazes de desenvolver novos conceitos, promover uma cooperação mais íntima entre a indústria e os cientistas, com a transição mais rápida entre a experiência de laboratório e o produto comercial.

Procurará, ainda, estabelecer um elo de ligação entre o CNPq, os Ministérios, Secretarias de Estado, Conselho de Pesquisa das Universidades, Fundações Filantrópicas e Instituições Nacionais e Internacionais, contribuindo para o esforço conjugado do desenvolvimento científico e tecnológico nacional e possibilitando ao nosso Estado manter-se como unidade altamente produtiva da federação na sua parcela de contribuição para ampliar nossa reputação internacional de nação exportadora.

Procurará, finalmente, assegurar o reconhecimento da ciência como meio extremamente importante para o desenvolvimento econômico, social e cultural.

Dentre as atividades de pesquisa e experimentação tecnológicas, merecem citação especial aquêles que contribuíram para conhecimento e identificação de matérias primas locais e para a solução de problemas técnicos que envolvessem repercussões de natureza econômica das empresas.

Fundamentalmente, a criação de condições favoráveis à objetivação dos trabalhos foi calcada em convênios com instituições interessadas. Esta forma permitiu que se alcançasse o estímulo

à produtividade e ao trabalho em equipe, propiciando, outrossim, meios sólidos de vinculação desta atividade a programas de maior repercussão sócio-econômica.

Assim sendo, os convênios de mais realce foram firmados com o BNDE, com a CEEE, com o Conselho Nacional de Pesquisa, com o CPCAN e com a Termoelétrica de Charqueadas, catalizando a soma de quase meio milhão de cruzeiros novos aplicados nos projetos de pesquisa tecnológica.

Dentre os trabalhos permanentes e normais, foram expedidas 4.812 certidões contendo resultados de ensaios, análises e estudos técnicos, verificando-se um aumento na produção, sobre o ano de 1968, de quase 30%.

Ainda através de convênios, tem sido prestada assistência técnica, inclusive no tocante a controle de qualidade, merecendo citação os trabalhos desenvolvidos para a PETROBRAS, a Comissão da Lagoa Mirim, a Siderúrgica Riograndense, ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas e às atividades didáticas da UFRGS, da PUC e da Escola Técnica Parobé.

Dentre as atividades planejadas, para cuja realização, ainda em 1970, foram assentadas as bases, situam-se:

— Convênio visando o estudo de matérias primas do Estado e o controle de importantes obras de engenharia civil.

— Banco Nacional da Habitação — o convênio com essa entidade visa o levantamento de recursos minerais destinados à Indústria da Construção na área correspondente ao Estuário do Guaíba. O levantamento de tais recursos na área da Grande Pôrto Alegre pode ser de real significação para a indústria de azulejos, refratários, sanitários, telhas e tijolos, pois possibilitará às organizações industriais, a utilização mais racional e econômica desses materiais, em face do conhecimento de suas propriedades tecnológicas reveladas pelo estudo que se vai realizar.

Os recursos necessários para os trabalhos no montante de NCr\$ 52.410,00 serão pagos pelo Banco Nacional de Habitação.

— Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis —
Através de um convênio firmado com essa instituição, serão realizados serviços de fiscalização supletiva nas obras de construção das barragens do Anel de Dom Marco e Bom Retiro do Sul.

Os gastos para execução do convênio montam a NCr\$ 40.000,00 e serão integralmente pagos pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

No tocante à formulação Estatística, a política que presidiu os trabalhos objetivou principalmente:

— apurar e divulgar estatísticas de interesse do Estado, segundo os municípios e micro-regiões homogêneas;

— criticar, apurar e tabular os levantamentos estatísticos previstos na XXXIII Campanha Estatística Nacional — 1968;

— editar outras publicações e monografias contendo dados detalhados, por município, sobre assuntos especializados tais como: agricultura, pecuária, demografia, saúde pública, finanças, indústria e outros;

— prestar as informações solicitadas por repartições públicas, emprêsas, técnicos, professôres, estudantes e demais interessados em dados estatísticos;

— executar levantamentos e pesquisas estatísticas do interesse dos órgãos do Estado;

— manter intercâmbio de informações e publicações sobre estatística com Departamentos e Serviços de Estatística dos Estados e com outras entidades públicas e privadas;

— modernizar a apresentação das publicações e monografias editadas e atualizar, dentro do possível, a apuração e divulgação dos trabalhos estatísticos;

— elaborar o Plano Estadual de Estatísticas Básicas.

Assim, foi editado o I ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RGS, relativo a 1968, com tiragem de 1.600 exemplares, trabalho que obteve notável repercussão entre os usuários de estatística.

A edição de publicações, divulgando dados estatísticos atualizados sobre demografia, agricultura, pecuária, indústria, finanças públicas e mais monografias sobre soja, Histórico da Estatística no RGS e município de Santiago, atingiu, no total, 10.000 exemplares.

Foram prestadas informações e recebidos 3.200 consulentes de entidades governamentais, professores, estudantes, técnicos, de empresa e outros usuários.

Em cooperação com o IBGE, iniciou-se os estudos, visando à implantação do sistema de amostragem na apuração do levantamento da exportação do Estado, por vias internas.

Foram impressos e distribuídos 110.000 questionários sobre demografia, agricultura, pecuária, finanças públicas, cooperativismo e vários assuntos.

Finalmente, realizou-se o levantamento da estatística Industrial dos estabelecimentos que ocupam 5 ou mais pessoas, relativa a 1967.

O Plano Estadual de Estatísticas Básicas, já se encontra em fase de conclusão.

OBRAS PÚBLICAS

No setor de obras públicas, merece especial citação, a construção de obras civis que, em síntese, apresentou a seguinte movimentação:

- prédios escolares: foram realizados investimentos da ordem de NCr\$ 6 milhões;
- prédios para unidades sanitárias: construção de 3 prédios, onde foram aplicados NCr\$ 130.000,00;
- prédios para cadeias e fóros: 8 unidades construídas, aplicando-se NCr\$ 78.000,00;
- construção do Prédio do Instituto Médico Legal, com uma aplicação de NCr\$ 698.000,00;
- conservação de próprios do Estado, exigindo uma inversão de recursos da ordem de NCr\$ 4 milhões.

A par dos inúmeros projetos elaborados, a nível de unidades isoladas para o setor público estadual e com vistas à prestação de assistência técnica aos municípios, assume relevância o trabalho de programação no campo do planejamento regional e urbano.

No setor de planejamento urbano, foram concluídos os planos diretores para 5 cidades, a saber: Carazinho, Chiapeta, Cêro Largo (Vila Salvador das Missões), Selbach, Cangussú, cujos trabalhos foram executados inteiramente por técnicos do setor público, e mais os planos diretores de 5 cidades mediante adjudicação particular, a saber: Boa Vista do Buricá, Esteio, Montenegro, Santo Ângelo e Canoas.

Em colaboração com a Equipe Alemã da "Agrar und hydro-tenick GmbH" e de acordo com o convênio de Assistência Técnica firmado pelo governo brasileiro com a República Federal da Alemanha, foram concluídos, em 1969, os estudos de planejamento integrado do Vale do Rio dos Sinos, abrangendo 20 municípios com previsões até o ano 2.000. Em prosseguimento ao referido Acordo de Assistência Técnica, deu-se início, em 1969, aos trabalhos preliminares de topografia com vistas ao planejamento integrado do Vale do Rio Caí, abrangendo 13 municípios e perfazendo uma área de 5.000 ha.

Acham-se em elaboração os trabalhos referentes aos planos diretores de mais de 11 cidades (Guaíba, São Marcos, Bagé, Ibiaçá, Gramado, Formigueiro, Farroupilha, Selbach, Anta Gorda, Sapucaia, Caibaté) bem como o Projeto do Balneário Santa Rita e Projeto da Zona Industrial, ambos de Farroupilha.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

SETOR PRIMARIO

AGROPECUARIA E RECURSOS MINERAIS

No que se refere a recursos naturais renováveis, as principais realizações em 1969 podem ser consubstanciadas na citação dos seguintes aspectos:

— Conclusão do levantamento de reconhecimento dos solos dos Estados, em colaboração com o Ministério da Agricultura; o relatório final deve ser entregue em março de 1970.

— Levantamento de reconhecimento da capacidade de uso dos solos do Estado, executado em colaboração com o IBRA e o IICA; o mapa foi entregue em outubro de 1969 e o relatório final está em estágio de conclusão.

— Programa de levantamento dos solos do Estado, com vistas à informações ao nível de propriedades rurais, tendo sido já concluído o município de Ibirubá.

— Programa de associativismo conservacionista, promovendo a integração das comunidades e dos serviços oficiais no melhor aproveitamento dos recursos naturais renováveis, tendo sido postas em funcionamento 12 núcleos.

— Assistência conservacionista:

Área assistida — 38 861 ha

Agricultores atendidos — 1 515

Planejamento conservacionista — 5 493 ha

— Programa de defesa contra a erosão eólica, com a fixação de dunas por colocação de esteiras de contenção e fixação de áreas por cobertura vegetal.

— Programa de fomento florestal, com o plantio de essências nos parques do Estado, a produção e distribuição de mudas e a assistência a hortos florestais municipais.

No tocante a recursos minerais, procedeu-se a uma pesquisa de jazidas de calcário, com estatística de exploração, estudo de condições de industrialização, extensão industrial, trabalhos de mapeamento. Estimam-se as reservas de calcário no RGS como sendo de 125 000 000 toneladas, sendo 9 848 380 toneladas de reservas indicadas e o restante reserva inferior.

Foram outrossim realizadas pesquisas de jazidas de talco e cassiterita. A perfuração de poços apresentou um movimento de 123 unidades perfuradas, com um total de 7 101 m.

No setor de produção vegetal as atividades, durante o ano passado, podem ser enumerados como segue:

1. Melhoramento de culturas:

- postas à disposição dos agricultores três novas variedades de trigo;
- assinatura de acôrdo com a FECOTRIGO, para o Programa Acelerado de Melhoramento do Trigo (PAT), visando a pesquisa do trigo;
- renovação do Acôrdo com o INSTISOJA, visando pesquisa da soja;
- trabalhos de pesquisa e produção de variedades mais produtivas de milho e de mudas de árvores frutíferas.

2. Defesa Sanitária Vegetal:

- combate ao serrador da Acácia Negra: vistoria de plantações;
- combate à formiga cortadeira: experimentos com formicidas;

- Patrulha Aérea de Defesa Fitosanitária: combate ao bruzone, à lagarta do trigo e aplicação de herbicidas.
3. Extensão rural e crédito rural:
- serviço de coordenação das atividades das Delegacias Regionais Agrícolas com a elaboração de um plano anual de trabalho, visando projetos de fomento rural e de aumento de rendimento cultural, através do emprêgo de novas variedades e de métodos culturais racionais;
 - realização de cursos práticos para agricultores nas estações experimentais e nos centros de treinamentos de mecanização de lavouras, abrangendo assuntos de viticultura, viveiros, citricultura, enologia, mecanização rural;
 - instalação de lavouras demonstrativas através da rede de agronomia regionais e realização de semanas de desenvolvimento agrícola;
 - mediante convênio com o Banco do Estado do RS, foi distribuído crédito rural orientado no valor de NCr\$ 37 mil e, pelo convênio com o BRDE, no valor de NCr\$ 2.097.257,00.

Ainda com relação ao fomento, defesa e extensão agrícolas, cabem menções as seguintes atividades, pela sua significação:

- serviço de assistência técnica especializada, inclusive com a realização de cursos práticos;
- Beneficiador de laranjas em Caí:
Acondicionamento de 105 340 caixas
- Beneficiador de laranjas em Taquari:
Acondicionamento de 17 423 caixas
- Secção de Apicultura em Taquari:
Realização de cursos de apicultura; 47 alunos
Laminação de 6 000 Kg de cera para favos artificiais
Produção e distribuição de 2 500 rainhas selecionadas.

- Unidade de Moagem de calcário em Carazinho:
Ampliação da capacidade industrial de 2 a 7 t/h
Moagem de 10 497 toneladas de calcário
Venda de 8 747 toneladas de calcário.
- Produção e distribuição de mudas
Estação Experimental de Taquari:

Mudas plantadas	51 000
Mudas enxertadas	6 800
Mudas vendidas	12 755
- Estação Experimental de Caxias:

Porta-enxertos enviveirados	121 200
Fornecimento de mudas	9 586
Fornecimento de garfos p/enxertia	70 400
Fornecimento de porta-enxertos	163 000
- Estação Experimental de Farroupilha:

Porta-enxertos	52 448
Enxertia de mudas	28 871
Re-enviveiramento	7 207
Mudas vendidas	6 666
Borbulhas e bacelos	22 250
- Campo de multiplicação de árvores frutíferas em Bento Gonçalves.

Mudas vendidas	8 727
Enxertia	13 891
Estacas e mudas	19 500

Serviço de Defesa Fitosanitária

- Combate ao Serrador da Acácia Negra.

Vistoria de 1 672 matas de acácia negra, constatando-se que durante 1969 a infestação foi reduzida a 10% da área.

- Combate à formiga cortadeira.

Assistência a entidades:	90
Reuniões, palestras e demonstrações:	6

Experimentação com formicidas:
estudo das iscas granuladas.

— Fiscalização de viveiros de frutíferas.

Viveiros inspecionados	190
Frutíferas fiscalizadas	1 667 100
Ornamentais fiscalizadas	1 227 000

— Serviço de Mecanização da Lavoura
Cursos de aradores tratoristas:

Alunos aprovados em Capela Sant'Ana	59 76%
Alunos aprovados em Hulha Negra	23 92%

— Serviço de Economia Agrícola.

Levantamento e previsão de safras de 7 culturas

Cálculo dos custos de produção de 8 culturas

— Serviço de Sementes e Mudas.

Distribuição de sementes:

Trigo	7 688 sacos
Soja	2 950 sacos
Milho	2 806 sacos

Multiplicação de sementes básicas através de cooperativas: 890 sacos de trigo.

Secagem, classificação e imunização de sementes:

158 447 sacos.

Vistoria de lavouras para proteção de sementes:

1 500 ha.

— Serviço de Coordenação das atividades das Delegacias Regionais Agrícolas.

Instalação de lavouras demonstrativas	173
Semanas de desenvolvimento agrícola:	26
Propriedades visitadas	6 886
Palestras radiofônicas	449
Número de agricultores atingidos	17 763
Distribuição de sementes e mudas	

Em pesquisas agrícolas, as atividades podem ser assim resumidas:

- Criação de novas variedades de trigo e soja.
- Estudos sobre economicidade da adubação mineral, em trigo, milho e soja.

Estação Experimental de Veranópolis:

Lançamento ao cultivo em escala comercial de 2 variedades de trigo e uma variedade de soja.

Beneficiamento de sementes: 7 373 sacos

Experimentação e melhoramento do milho.

Multiplicação de sementes de trigo (875 sacos), milho (1 290 sacos), soja (16 sacos), aveia (53 sacos).

Fruticultura: (distribuição de 2 200 mudas e enxertia de 6 400 mudas).

Silvicultura: distribuição de 26 800 mudas.

Estação Experimental de Santo Augusto:

Experimentação com milho, trigo, soja, sorgo e multiplicação de sementes.

Estação Experimental de Livramento:

Estudo ambiental e trabalho de multiplicação em pessegueiro, macieira, oliveira.

Produção de semente de aveia e azevem.

Experimentação com milho, sorgo, feijão, trigo.

Estação Experimental de São Borja:

Plantio de linho, trigo, milho.

Estação Experimental de Osório:

Produção de mudas de cana de açúcar.

Experimentação com abacaxizeiro, milho, soja, feijão.

Estação Experimental de Taquari:

Experimentação em citrus. Plantação de 150 000 porta-enxertos. Certificação de borbulhas.

Experimentação em pessegueiro, ameixeira, mandioca.

Plantação de 26 000 mudas de essências frutíferas, enxertia de 6 800 mudas. Venda de 12 863 mudas.

Estação Experimental de Rio Grande:

Produção de sementes de hortaliças: 399 100 kg.

Experimentação e multiplicação: cebola e batata inglesa.

Estação Experimental de Bagé:

Experimentação com milho, soja, trigo.

Estação Experimental de Caxias:

Experimentação com elones: brotação, maturação, incidência de moléstias, testes enológico etc.

Produção de enxertos, porta-enxertos, sementes, estacas.

Distribuição de mudas, garfos para enxertia, bacelos.

Estação Experimental de Farroupilha:

Experimentação e melhoramento em essências frutíferas: ameixeira, pessegueiro, marmeleiro, goiabeira, macieira.

Produção de mudas, estacas, porta-enxertos, enxertos, borbulhas, bacelos.

Estação Experimental de Encruzilhada:

Multiplicação de sementes de trigo, milho, feijão, aveia.

Estação Experimental Central — Viamão:

Experimentação com milho, trigo, soja, feijão.

Multiplicação de semente de milho.

Fitotécnica:

Introdução de variedades de trigo: 3

Experimentação com trigo, soja, milho, feijão, citrus, rosáceas, videira.

Serviço de Ecologia Agrícola.

Ensaio ecológicos com milho, trigo, soja, feijão, videira.

Serviço de fertilidade do solo.

Estudos de fertilidade de solos e adubação, com trigo, milho, soja, feijão.

Calibração de análises de solo para a cultura do trigo e da soja em 14 locais no Estado.

Laboratório de Análise de Sementes.

Análise de sementes: 9 947 amostras com 26 374 análises.

Ensaio de germinação de sementes: videira, acácia trinervis.

Serviço Oleícola.

Estudo em oliveira: enxertia, correção de acidez do solo, reenxertia.

Estudo da industrialização das azeitonas.

Patrulha Aérea de Defesa Fitosanitária.

Consolidação legal da Patrulha Aérea.

Organização técnica e administrativa, ampliação da frota de aeronaves agrícolas: 3 aviões agrícolas Cessna Agwagon 300.

	Propriedades	Municípios	ha
Combate ao Bruzone	32	11	4 468
Combate à lagarta do trigo	19	2	1 623
Adubação de cobertura	13	6	6 086
Aplicação de herbicidas	8	3	625
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	72	22	12 802

Intenso programa de defesa sanitária animal foi desenvolvido pelo Governo. Para caracterizá-lo, são citadas a seguir as principais metas alcançadas com a ação empreendida no decorrer do ano que passou. Eis a quantificação de tais metas:

— Combate à raiva dos herbívoros e caninos:	
Furnas vistoriadas	3951
Furnas trabalhadas	2768
Vacinas em cães	41922
Vacinas em herbívoros	80000
— Combate à brucelose suína e bovina:	
Vacinações de terneiras	144 572
Testes	52 449
— Erradicação de sarna e piolhos de ovinos:	
ovinos revisados	18 049 500
estabelecimentos revisados	27 723
— Combate à peste suína:	
doses de vacinas aplicadas	1 377 830
propriedades visitadas	90 628
— Combate à tuberculose:	
testes	48 777
— Erradicação do carrapato:	
propriedades visitadas	162 870
pesquisas	1 001
— Combate às helmintoses:	
anti-helmínticos aplicados	3 387 879
— Premunicação:	
animais premunidos	152
— Combate à febre aftosa:	
doses de vacinas aplicadas	29 012 360

Relativamente ao aspecto de estrutura agrária, o Estado vem desenvolvendo atividades em estreita integração com a política emanada do Governo Federal para a região.

Dentre as iniciativas tomadas no setor, a elaboração de projetos de exploração agropecuária para o Núcleo Agrícola Estadual de Taquari, e para Camaquã (proximidades do Banhado do Colégio) possibilitará uma racional e produtiva exploração de extensa área de terras.

No tocante à discriminação e legalização de terras, foram registrados os seguintes atos:

- Concessões de lotes pelo Estado: 277, num total de 3 570 ha., aproximadamente;
- Legitimação de terras pelo Estado, em montante de .. 2 709 ha.;
- Contratos de colonização e promessa de compra e venda, pelo convênio IBRA-IGRA, para 747 lotes rurais, com área de 10 888 ha.

O programa de promoção e organização rural promoveu a realização de 10 Semanas Ruralistas, das quais participaram 107 mil pessoas, bem como o desenvolvimento de 94 cursos, com 30 temas, e 10 853 participantes. Projetaram-se 63 filmes educativos e foram feitos 25 ciclos de palestras, tendo, ao todo, participado 17 500 pessoas. São, ainda, mantidos em funcionamento regular, 9 centros cooperativos de treinamento agrícola, onde, em 1969, mais de 850 jovens receberam treinamento.

Está sendo desenvolvido o projeto de estradas coloniais, representado, no ano passado, por 207 km dos 679 já implantados.

O Governo executou e vem executando obras de drenagem e irrigação nas seguintes localidades:

1. — Em Tôrres; 5 projetos, com uma área de ação de 25 000 hectares, dos quais 10 000 estão com as obras de drenagem concluídas e 3 500 já possuem sistema de irrigação implantado e em plena utilização. O número de beneficiados atinge aproximadamente a 650 famílias.

2. — Em Taquari: 3 projetos, abrangendo uma área de 700 hectares. Aí serão implantadas obras de açudagem, drenagem e irrigação.
3. — Em Cacequi: 1 projeto de colonização em área de 1 100 hectares. Serão beneficiados 210 famílias e as obras consistirão de açudagem, drenagem e irrigação.
4. — Em Santo Augusto: projeto para o Têldo Indígena de Inhacorá, abrangendo 1 500 hectares e beneficiando 120 famílias.
5. — Em Santana do Livramento: construção de 3 açudes na Fazenda Armour (Núcleo do IGRA).

Devem ser assinaladas, com destaque, as obras de drenagem e irrigação ora em desenvolvimento nos Núcleos Agrícolas de Taquari e Itapoã.

A Fazenda Santa Clara, em Itapoã, com uma área de 1 998 hectares, conta atualmente com irrigação em 840 hectares, utilizados com lavoura de arroz, ao mesmo tempo em que prosseguem as obras de recuperação, através de drenagem de mais 600 hectares do banhado. O término desse trabalho, incluindo o estabelecimento do sistema de irrigação, está previsto para meados de 1970.

A Fazenda Lemertz, em Taquari, com uma área de 882 hectares, possui atualmente 380 hectares com obras de drenagem e irrigação concluídas. Os trabalhos, entretanto, prosseguem, pois é objetivo atender integralmente a área, ainda em 1970, com os benefícios da irrigação.

Outro aspecto digno de registro ocorreu nos Núcleos Agrícolas do Banhado do Colégio e refere-se à cultura da soja. Introduzida há apenas dois anos nos núcleos, com ótimo resultado, hoje é cultivada no município de Camaquã em área superior a 3 000 hectares, 500 dos quais dentro dos próprios Núcleos. Ainda nesse Núcleo 13 novas famílias foram assentadas, enquanto que 19 outras, até então instaladas a título precário, tiveram suas situações regularizadas.

P E S C A

A plataforma continental do litoral gaúcho apresenta a característica de possuir um potencial de recursos marinhos que desde pouco tempo começa a ser explorada a nível industrial. Com vistas ao desenvolvimento do setor da indústria pesqueira, foi iniciada no ano de 1969 a execução de um projeto visando transformar o Rio Grande em um moderno centro pesqueiro, partindo de premissas reais da atual produção pesqueira regional e dos diagnósticos que foram realizados sobre as condições em que se processa a mesma. A primeira pesquisa oceanográfica realizada no Brasil, de forma sistemática, foi a base desse diagnóstico, que permitirá uma avaliação racional das potencialidades do Estado no setor.

A primeira etapa do Planejamento Integrado da Pesca Rio-grandense será concluída na primeira quinzena de maio do corrente ano, com ênfase para o estudo de viabilidade técnico-econômica do Pôrto Pesqueiro de Rio Grande e seu correspondente Distrito Industrial. Nesta fase ficará concluído, também, o projeto de adaptação do Pôrto Velho em porto pesqueiro, a nível de engenharia final.

Em 1969 continuou-se a construção da Escola Técnica e do Laboratório Tecnológico da Pesca, este com previsão para funcionamento já em 1970.

O carreamento de recursos federais através de convênios já em vigor ou prestes a serem assinados, a elaboração da segunda etapa do Planejamento Integrado da Pesca, a implantação do projeto do Laboratório de Contrôles Tecnológicos de Pescado, a

implantação de um plano de assistência a indústria pesqueira de Rio Grande, a criação de um organismo de gestão para a administração do porto pesqueiro e do complexo industrial, o início da construção do porto pesqueiro da 4.^a secção da barra, o início da implantação da infra-estrutura necessária ao surgimento do Distrito Industrial anexo ao novo Porto pesqueiro, a implantação de um programa de pesquisa tecnológica, biológica e econômica aplicada à pesca, são os vários caminhos que se abrem e que o Governo do Estado patrocinará para que a pesca passe a fazer parte de nossa economia ao nível em que o potencial de recursos marinhos representa dentre os recursos naturais de nosso Estado.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

No campo genérico da Indústria e Comércio o Governo desenvolve, anualmente, uma série de serviços como a assistência em problemas de natureza tecnológica e de mercado às classes produtoras, a promoção, assistência e fiscalização do cooperativismo, a determinação dos custos de produção e elaboração dos preços mínimos ao produtor, as previsões de safras agrícolas, a pesquisa de novos mercados, a análise de preços, os levantamentos estatísticos, as promoções, os estudos conjunturais dos setores primário e secundário da economia, etc. Neste campo, destacam-se como fatos mais notáveis ocorridos no exercício, os seguintes:

a) estudo sobre a implantação de um Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Sul — IPEM — RS;

b) estudo sobre o “Setor Primário e o Processo de Industrialização do Rio Grande do Sul”, contribuição à Conferência de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul, patrocinado pela Assembléia Legislativa do Estado;

c) estudo sobre a situação conjuntural da viti-vinicultura gaúcha;

d) estudo sobre a crise do pêssego em conserva com relação a ALALC;

e) levantamento das empresas industriais gaúchas interessadas em desenvolver o seu parque industrial, através de investimentos japoneses com a vinda de equipamentos e “know-how”;

f) estudo sobre a crise nas pequenas e médias indústrias de calçados;

g) estudos de viabilidade para aproveitamento e industrialização das jazidas de xisto betuminoso no Estado;

h) estudo de viabilidade de industrialização da Cana de Açúcar no município de Três Passos;

i) estudo de viabilidade da desidratação de alfafa no município de São Luiz Gonzaga;

j) estudo de viabilidade da implantação de um Frigorífico no município de Santiago;

l) pesquisa, experimentação e obtenção do processo que permite a desidratação da goiaba, insumo de real importância na fabricação de doces em pasta, desonerando as empresas dos permanentes prejuízos face a deterioração da matéria-prima estocada;

m) fixação dos preços mínimos para a uva destinada à vinificação;

n) estabelecimento dos custos de produção para os principais produtos primários da economia gaúcha;

o) intervenção em Cooperativas que, face a problemas de natureza econômica e financeira, estavam praticamente em situação de insolvência.

Dentre os trabalhos a serem desenvolvidos em 1970, destacam-se:

a) análise das exportações de manufaturados do Rio Grande do Sul, por produtos e por zonas de comércio;

b) análise de comportamento dos produtos gaúchos negociados na Associação Latino Americana de Livre Comércio;

c) levantamento das condições para implantação de indústrias no Estado do Rio Grande do Sul. Este trabalho abrangerá os seguintes itens:

- organização administrativa dos municípios, instrução profissional e disponibilidade de mão-de-obra;
- produção primária dos municípios;
- situação atual do Setor Secundário;
- fatores locacionais e outros (energia elétrica, água, transporte, comunicações, rede bancária, combustíveis, armazenagem etc);

d) Plano de Orientação e Assistência Industrial, campanha de esclarecimento e assistência técnica às pequenas e médias empresas, quanto as vantagens do controle de qualidade, produtividade, redução dos custos operacionais, oportunidades nos mercados externos etc.;

e) seminários industriais — realização de seminários ao nível micro-regional, visando não só auscultar a classe empresarial acêrca de eventuais problemas setoriais na produção, comercialização etc., bem como proporcionar-lhe palestras a cargo de conferencista especializado;

f) pesquisas tecnológicas — prevê-se o prosseguimento das pesquisas visando transformar o suco de uva em pós, já obtido nos laboratórios, num produto economicamente comerciável; concomitantemente, estão previstas pesquisas sôbre desidratação da banana, pêssego, marmelo, figo, extrato de malte e das possibilidades de industrialização da batata inglesa a fim de produzir-se: ships de batata, batata enlatada, purê de batata desidratada etc; finalmente, far-se-ão pesquisas visando a obtenção do sulfato de cobre a partir dos resíduos de mineração.

g) estudo sôbre a oferta e a demanda de produtos agrícolas no Rio Grande do Sul;

h) fluxos de comercialização dos principais produtos primários da economia gaúcha;

i) plano de interiorização da assessoria técnica ao produtor de bens primários, em reuniões periódicas em suas associações de classe, ocasião em que serão debatidos todos os problemas relacionados com a produção, escoamento, armazenagem e comercialização de seus produtos;

j) estudo sobre os processos de comercialização da bovinocultura;

l) estudo sobre o crédito agrícola;

m) plano de levantamento de preços agrícolas pagos ao produtor e no atacado, no Estado e em outros Estados da Federação.

Cabem, também, as considerações sobre atividades específicas do Governo na área de indústria e comércio, sendo as principais relatadas a seguir.

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARROZ

Nesta área, reúnem-se tôdas as tarefas relativas à compra, industrialização, venda e exportação de arroz, com as implicações decorrentes dessas operações.

A movimentação de grandes estoques de arroz, como os manipulados por esta unidade da Autarquia, exige atividade intensa e altamente responsável de todos os seus integrantes.

A política de preços mínimos, bem como a comercialização do arroz, sofreram, a partir de 1965, uma radical transformação com a fixação de preços e a compra ou financiamento do arroz, por parte do Governo da União.

Atualmente, em agôsto, o Governo Federal estabelece preços mínimos, reajustando-os, se necessário, na véspera da colheita. Até aqui esses preços são ajustados, de preferência, às contingências dos mercados externos.

Levando-se em conta que o Governo Federal, através da Comissão de Financiamento da Produção — CFP, fixa preços somente para o arroz em casca, completa, o Governo Estadual, o critério adotado é, calculando e fixando preços de comercialização oficiais para o produto industrializado, à base do qual, aliás, são efetuadas a quase totalidade de suas aquisições.

Atualmente, com o estabelecimento dos preços mínimos, foi feita gestão junto ao Governo Federal, mais propriamente com o Banco do Brasil S. A., no sentido de proverem-se os recursos indispensáveis à garantia efectiva dos preços fixados bem como à normal comercialização do arroz sulino.

Após diversos contatos com as autoridades federais, conseguiu-se a concessão, pelo Banco do Brasil S. A., de um empréstimo de NCr\$ 60.000.000,00 (Sessenta milhões de cruzeiros novos).

A movimentação de entrada do produto adquirido pelo Estado apresentou, em 1969, os seguintes quantitativos:

ESPECIE	VOLUMES	QUILOS	NCr\$
Arroz em Casca . . .	283.622	13.563.706	3.775.398,38
Arroz Semente	23.159	1.108.991	409.439,43
Arroz Beneficiado . .	1.179.024	70.704.873	34.771.099,64
TOTAL GERAL . .	1.485.805	85.377.570	38.955.937,45

De janeiro a abril foram embarcadas para os estados de São Paulo e Guanabara, por solicitação da COBAL, via rodoviária . . 93.333 sacos de arroz

No exercício de 1969, foram vendidos, no mercado interno, 200.826 sacos de arroz beneficiado, da safra 1967/68, no montante total de NCr\$ 7.600.941,16 (Sete milhões, seiscentos mil, novecentos e quarenta e um cruzeiros novos e dezesseis centavos).

De arroz semente, foram vendidos 12 sacos no valor de NCr\$ 252,00 (Duzentos e cinquenta e dois cruzeiros novos), doados a diversas entidades assistenciais, 206,5 sacos de arroz beneficiado.

Para o mercado externo, as operações realizadas foram as seguintes: À Sociedade de Comércio e Indústria Ltda. — SOCOMIN, com destino ao Chile, 115.835 sacos de arroz beneficiado; À Empresa de Comércio Agrícola — ECA, órgão do Governo Chileno, através da firma Cerealista Mendes Caldeira S. A., 5.500 toneladas do mesmo produto.

Após prolongados entendimentos, foi assinado com a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., CACEX, atuando como agente financeiro do Governo Federal, contrato de compra e venda de 569.937 sacos de arroz beneficiado, correspondente aos remanescentes da safra 1967/68, ao preço total de NCr\$ 20.689.103,83, importância que foi aplicada integralmente na liquidação do saldo devedor, do contrato de financiamento de NCr\$ 40.000.000,00, ajustado com a Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil S. A. para aquisição de arroz da referida safra.

No presente exercício, foram vendidos 13.132 sacos de arroz semente, ao preço total de NCr\$ 358.138,00. Para o mercado interno, em operações realizadas dentro do Estado, vendeu-se 4.459 sacos do produto industrializado, no montante de NCr\$ 84.334,56. Para o mercado internacional, destinado à firma Portalimpex, de Lisboa, foram vendidas 180 toneladas de arroz, grãos médios.

Em atendimento à solicitação do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda e ainda com vistas a uma política de regulação do mercado, foram embarcados para o Rio de Janeiro, a fim de serem comercializados naquela cidade, 71.000 sacos de arroz.

De janeiro a julho de 1969 foram embarcados para o exterior 251.764 sacos de arroz beneficiado, das safras de 1966/67, 1967/68 e 1968/69.

O estoque de arroz em casca da safra de 1968/69, em 31.12.1969, somava a 77.029 volumes, como segue:

Grãos Curtos	8.003 volumes
Grãos Médios	4.928 volumes
Grãos "404"	60.305 volumes
Grãos Longos	3.793 volumes
	<hr/>
TOTAL	77.029 volumes
	<hr/>
	<hr/>

Como instrumentos de suporte para o crescimento e desenvolvimento harmônico da área, o Estado vem objetivando o andamento de programas atinentes aos seguintes aspectos fundamentais:

- aumento da produtividade na cultura do arroz irrigado no R. G. Sul;
- melhorias qualitativas nas sementes;
- experimentação e fitotécnica do produtor;
- estudos de adubação e correção de solos e de rotação do arroz com outras culturas;
- campanha de controle à "Brusone";
- melhoria da eficiência, orgânica e materiais do IRGA.

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE

Partindo da matéria prima, em cuja aquisição foram aplicações NCr\$ 23.652.117,53, o movimento comportou-se da seguinte maneira:

Entrada de Leite "in natura"

	1968		1969	
	Lts.	%	Lts.	%
Capital	45.029.381	51,62	42.276.313	47,73
Interior	42.197.288	48,38	46.207.281	52,22

Configura-se, assim, a regressão quantitativa da produção da bacia de Pôrto Alegre e concomitante ascensão da originária do interior do Estado.

Em termos globais, o leite recebido pelo Departamento em 1969 evoluiu de 87.226.669 para 88.483.594 litros. A flutuação sazonal, que se registrou até o ano de 1967, de queda violenta nas entradas do produto durante os meses de inverno, não mais vem ocorrendo.

Intensificou-se a comercialização e os 88.483.594 litros de leite recebidos, adicionados aos estoques então existentes e ao produto diluído, ilustram o seguinte gráfico demonstrativo.

Venda de Leite Pasteurizado

Capital	69.985.053,5	—	NCr\$	25.229.886,42
Interior	1.556.445,0	—	NCr\$	561.617,96

Venda de Laticínios

Leite em pó	578.982	kg.	NCr\$	1.609.082,07
Manteiga	826.012,1	kg.	NCr\$	3.698.721,86
Queijo	247.178,66	kg.	NCr\$	1.036.210,14
Requeijão	19.051	kg.	NCr\$	84.094,20
Doce de leite	9.796,55	kg.	NCr\$	37.364,80
Creme	19.579,17	kg.	NCr\$	91.246,98
Yoghurt	658.157	frs.	NCr\$	131.349,44
Sôro	632.832	lts.	NCr\$	12.937,46
Queijo magro	3.980	kg.	NCr\$	12.250,79
Caseína	44.485	kg.	NCr\$	78.199,30
Rapadura	1.801,265	kg.	NCr\$	5.982,41
			NCr\$	<u>6.797.439,45</u>

“Cidade do Leite”

Em data de 21 de março de 1969 o Governo do Estado, através do Departamento Estadual de Abastecimento de Leite — DEAL — adquiriu uma área de terra medindo 208 hectares, situada no município de Cachoeirinha, à margem direita da rodovia asfaltada Pôrto Alegre/Gravatá, com a finalidade de nela instalar:

- I — Centro Industrial
- II — Centro de Treinamento — Granja Modelo
- III — Parque de Exposição do Gado Leiteiro
- IV — Núcleo Residencial
- V — Cooperativa Central dos Produtores de Leite.

Essa gleba foi transacionada por NCr\$ 700.000,00 à vista, constitutivos de recursos próprios da Autarquia.

Imediatamente após a assinatura da competente escritura, foram atacadas as obras de preparação da área, tendo sido durante o exercício em exame executados os seguintes trabalhos:

- Levantamento PLANI e ALTIMÉTRICO de tãda a área citada.
- Execução de plantas nas escalas de 1:1000, de 1:2500 e de 1:2000.
- Elaboração de projeto de terraplenagem, corte e atêrro.
- Remoção de cêrcas internas que prejudicavam as construções e o movimento das máquinas.
- Desmatamento das áreas destinadas à construção e remoção de terra.
- Recuperação da velha moradia para ser utilizada como escritório, fiscalização das obras, laboratório, farmácia etc.
- Adaptação do velho galpão para servir de oficina.
- Recuperação do poço existente, e instalação no mesmo de uma bomba elétrica, e instalações hidrosanitárias.
- Execução de uma extensão de rêde de energia para casa e galpão.
- Fabricação de 2.000 m² de tela metálica.
- Produção de 550 moirões de concreto armado.
- Iniciada a terraplenagem.

Até 31 de dezembro último foram aplicados recursos financeiros na ordem de NCr\$ 198.802,73, além, òbviamente, do preço pago pela aquisição da área — NCr\$ 700.000,00.

O início das obras civis acha-se previsto ainda para o corrente exercício, ao passo que a conclusão de todo o complexo deverá dar-se a longo prazo, pela envergadura do empreendimento, que exigirá um sólido e expressivo suporte financeiro.

Central de Laticínios Alto Uruguai S. A.

CELASA — ERECHIM

Em consonância com o artigo 3.º da Lei n.º 5.746, de 28 de dezembro de 1.969, o Govêrno do Estado, através do DEAL, as-

sumiu o controle diretivo da Central de Laticínios Alto Uruguai S. A., sediada em Erechim, avocando a si igualmente o ativo e passivo da empresa.

Inspirou o Poder Público nesse empreendimento a intenção de promover a recuperação de uma entidade que se encontrava em iliquidez financeira, sem perspectiva de por si mesma equilibrar a situação.

O reerguimento era imperioso, pois se achavam em jogo interesses de produtores, trabalhadores, consumidores, enfim da própria economia regional.

E a ação do órgão público não tardou a produzir efeitos benéficos, pois os débitos da CELASA, em atraso, foram liquidados, retornando a indústria ao ritmo normal de sua dinâmica, com decréscimo gradativo do déficit que apresentava.

Foram realizadas obras civis, o pessoal técnico sofreu renovação, adaptou-se o processo produtivo às exigências tecnológicas modernas, tudo isto buscando alcançar o rendimento condizente com a capacidade da indústria.

Em 31 de dezembro p.p. o DEAL havia empregado NCr\$. . 430.725,49. Por ocasião da assembléia geral o DEAL subscreverá NCr\$ 357.000,00, correspondentes a 51% do capital da CELASA.

Verifica-se, pois, em termos de Poder Público, que a operação CELASA foi de elevado sentido social e econômico, caracterizando o Estado em ativa participação no campo privado, o que o identifica como sujeito econômico, perfeitamente definido dentro da concepção moderna de governo.

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE CARNES

Neste importante aspecto da economia gaúcha, o Governo vem procurando estabelecer a mais estreita colaboração com os produtores, a par de buscar uma ação equilibrada no mercado de consumo interno, com vistas à obtenção de condições favoráveis para a exploração dos mercados externos, uma vez que tal produto se constitui, sabidamente, em fonte de obtenção de divisas para a economia nacional.

A estatística demonstrou o seguinte movimento de matanças, em 1969, com as respectivas finalidades:

	Novilhos	Vacas	Reses
charque	21.700	16.774	38.504
frio e conserva	276.484	159.835	436.317
carne verde	38.859	20.967	59.823
diversos	456	609	1.065
Totais	337.529	198.182	535.711

A exportação da carne riograndense, naquele mesmo ano, foi de 53 milhões de quilos, com valor correspondente a US\$ 35 milhões.

Como instrumento importante na garantia do abastecimento da Grande-Pôrto Alegre, o Governo lançou-se ao projeto do "Tendal Frigorífico". Já adquiriu a área de terras de 49980 m², pronto seu estudo de viabilidade, estão em andamento medidas para a ultimação do projeto de implantação física bem como estão sendo gerenciados o necessário financiamento e a criação de um organismo gestor adequado ao funcionamento da nova unidade de produção.

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO AÇÚCAR

As atividades desenvolvidas nesta área vão desde a cultura de cana, abarcando a industrialização e a comercialização do açúcar e de produtos derivados:

O principal entrave à utilização plena da capacidade instalada da Usina tem sido a **deficiência de matéria prima**. Consciente deste pormenor, o Govêrno se lança no exercício de 1969 novamente a fundo no fomento às plantações de cana a fim de assegurar o suprimento nesta e em futuras safras. Além da assistência direta que é prestada ao agricultor, quer em preparo do solo como no planejamento de sua utilização, na análise de terras, no combate químico às pragas, no emprêgo de adubos e fertilizantes e em distribuição de mudas selecionadas é dado uma perfeita cobertura no que respeita ao encaminhamento de crédito agrícola à rêde bancária bem como a fiscalização de instalação e conservação de lavouras.

Para uma visualização melhor, são apresentados os seguintes dados numéricos que caracterizam os resultados no exercício em análise:

Vendas de Adubos e Corretivos de Solo Aplicados nas Lavouras

Ano	Sacos	Quilos
1967	468	23.400
1969	5.235	261.750
1969	13.302	665.100

O valor destes insumos atinge a significativa parcela de NCr\$ 158.233,43. Pela fácil possibilidade de aquisição destes produtos proporcionada ao agricultor e pela prática por ele adotada em seu uso, o percentual de adubação atinge hoje a 65% da área de plantio da região.

Vendas de Inseticidas Aplicados nas Lavouras

Ano	Quilos
1967	nihil
1968	1.284,5
1969	2.058,0

O combate químico às pragas tem se desenvolvido satisfatoriamente. Com o emprêgo de mudas selecionadas a incidência de moléstias, felizmente, tem se apresentado em caráter reduzido,

Fornecimento de Mudas de Cana feito diretamente pela AGASA aos produtores da região

Ano	Quantidade
1963	434.565
1964	65.167
1965	173.397
1966	63.434
1967	63.906
1968	366.530
1969	328.938

Não obstante a orientação que vem sendo ditada, com a formação de "viveiros de mudas" pelos próprios canavieiros, a distribuição destas, com exceção dos anos de 1963 e 1968, no exercício em análise foi superior às quantidades verificadas nos demais. Esta prática foi iniciada em 1963 e tem sido o sustentáculo não só do fomento como do cultivo de variedades de alto teor em sacarose.

Plantio de Cana de Açúcar com assistência da AGASA

Ano	área plantada (has.)
1964	671
1965	801
1966	281
1967	593,5
1968	1.567
1969	2.418

Pela análise do quadro retro, verifica-se que os incentivos ao plantio conduziram a registros significativos logo nos primeiros anos, tendo se evidenciado uma grande queda na área cultivada em 1966 para ascender novamente no ano seguinte. A orientação e o encaminhamento de crédito agrícola para Órgãos Financiadores e a ampla assistência técnica e também financeira dispensada para aquisição de mudas e adubos são, entre outros, os responsáveis por êste sucesso de 1969, na ampliação de áreas cultivadas. Desempenharam papel de destaque nesta motivação, os ótimos preços que vem sendo pagos pela cana de açúcar, além da ampliação das faixas de financiamentos bancários e adiantamentos por conta de matéria-prima feitos a centenas de agricultores. Dentre outros instrumentos de incentivos utilizados, foi concluído em fevereiro de 1969 o concurso iniciado em 1968 entre os canavieiros. Em agosto foram distribuídos NCr\$ 11.250,00 em prêmios entre plantadores que ampliaram suas áreas com cana-de-açúcar, de um para dois hectares, de dois até cinco e de cinco para mais hectares plantados.

As finanças e o balanço de resultados da Empresa Estatal do setor registram uma situação invejável. Os resultados do exercício apontam um lucro líquido no montante de NCr\$ 976.502,63.

1969 foi o ano em que a Usina produziu sua maior quantidade de açúcar, atingindo a 107.231 sacos, superando o maior volume anterior ao ano de 1967, quando fabricou 104.024 sacos.

O resultado favorável do exercício resultou, entre outros fatores, da boa racionalização de componentes de custo indus-

triais. O ano de 1969 foi o de maior rendimento em açúcar por tonelada de cana moída, com um rendimento de 87,8 kgs. Comparativamente ao comércio de 1967, em que a safra, em quantidade de cana moída, foi muito parecida com a atual, obteve-se um rendimento de 117.233 quilos de açúcar a mais do que o verificado naquele ano.

O que colaborou também para apresentação dêste magnífico resultado foi o favor fiscal de parte do impôsto de circulação de mercadorias, no montante de NCr\$ 387.989,79. Note-se que grande parte dêste valor foi aplicado em despesas extra-operacionais da Usina, como fomento, abertura de estradas e financiamento em adubos e mudas aos produtores num montante de NCr\$ 229.204,65. Contudo ainda recolheu-se ao Estado em ICM, no exercício em aprêço, a considerável parcela de NCr\$ 131.275,04. Acrescente-se que o resultado do exercício, mercê de uma dedicação total e absorvente à Usina, aliada à racionalização de gastos já referidos e aproveitamento oportuno de condições de mercado, foi feito operando sempre a emprêsa com preços de venda inferiores aos demais concorrentes. Tanto isto é exato que, com a paralisação da Usina em dezembro em virtude da entre-safra, o preço do açúcar passou a ser comercializado, no atacado, em bases mais elevadas.

Resultado de tôda a ação desenvolvida nos moldes até aqui descritos, a produção apresenta o seguinte resumo quantitativo:

Produção de Açúcar	Sacos	30.850	107.231	160.000
	NCr\$ 1.000	1.208	2.182	3.907
Produção de Melaço	kg.	1.117.190	3.842,736	5.000.000
	NCr\$ 1.000			

INDUSTRIALIZAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Com vistas ao objetivo principal, a instalação da fábrica de desidratação de cebolas, que deverá ser atingido em 1970, concluíram-se, no exercício de 1969, importantes obras e atividades, merecendo destaque, entre elas, as seguintes:

- conclusão de quase tôdas as grandes obras do parque industrial, que hoje já dispõe de um total aproximado de 8,500 m² de área construída, restando fazer, apenas, acabamentos, especialmente no prédio da fábrica;
- instalação de sistema de captação de água, que deverá abastecer o parque industrial num investimento total de NCr\$ 10.189,00;
- instalação de rêde interna de distribuição de água, no parque industrial, com um custo total de NCr\$ 5.791,00;

Estas obras deixaram o parque industrial em condições de, após o recebimento e montagem dos equipamentos da fábrica, entrar em pleno funcionamento;

- contratação, em janeiro, para o fornecimento, por parte da Hermann S. A., Indústria e Comércio, de São Paulo, do conjunto de desidratação de cebolas. Tal equipamento, devido sua alta complexidade, não tinha até então condições de ser produzido por fabricantes nacionais e cogitava-se sua importação; convênio estabelecido entre

a Schilde A. G., da República Federal Alemã, e a aludida Hermann, possibilitou a fabricação, por parte desta, sob planos e supervisão da indústria alemã, do desidratador pretendido. Era este equipamento de maior custo do conjunto industrial e seu fornecimento por empresa nacional representou sensível economia e amplas vantagens no que tange à permanente assistência técnica; o custo total do equipamento é de NCr\$ 446.060,47, dos quais NCr\$ 169.927,79 — foram pagos no exercício de 1969;

- ainda em prosseguimento à comercialização experimental de produto "in natura", que deverá perdurar até o advento da indústria, transacionou a Empresa cerca de 2.000.000 quilos, durante a safra de cebola; os recursos empregados foram da ordem de NCr\$ 450.418,00.

A repercussão social e econômica da atividade da PROGASA neste setor foi a maior possível, especialmente no exercício de 1969, em que uma série de fatores negativos teriam influido de um modo imprevisivelmente desastroso, não fôsem as providências adotadas pela Empresa. Ocorre que os pontos de estrangulamento se manifestaram de modo particularmente sensível. A depressão qualitativa e quantitativa que vem se verificando nos últimos anos nas safras de cebola procedentes da Zona Sul do Estado evidenciou-se em nível anteriormente poucas vezes atingido, nisto influenciando, decisivamente, entre outros fatores, condições climáticas desfavoráveis e pragas, especialmente a conhecida como "piolho da cebola" (*Thrips Tabaci*), que provoca interrupção na assimilação ou outros processos fisiológicos, prejudicando, assim, o desenvolvimento da cebola, de tal sorte que, em plantas por êles atacadas, os bulbos aleançam, quando muito, somente 2/3 do peso normal. Como consequência, quantidade superior a 50% da safra foi de tipo cebola miúda e de limitada colocação nos centros consumidores.

Justamente porque os compradores de outros estados recusam este tipo de produto e para evitar-se o mal maior de que os produtores, desestimulados e sem recursos, fôsem constrangidos a interromper sua atividade com incalculável prejuízo das safras seguintes, o que coincidiria exatamente com o período do início do funcionamento da indústria, decidiu o Govêrno promover o escoamento dessa parcela da safra lançando-a nos mercados consumidores, mesmo a preços de sacrifício, impedindo assim a seleção promovida por entidades compradoras.

A instalação de indústria pilôto para pescado, em cumprimento ao Plano Trienal de Investimentos, com capacidade inicial de industrializar 2,5 ton/dia de peixe e 1 ton/dia de camarão, concluída em outubro de 1969, e na qual foram investidos NCr\$ 58.346,00 durante o exercício, foi determinada pelas limitações do ciclo de atividades na cebola e a depressão verificada em sua produtividade determinou estudos visando preencher o ócio que a entre-safra ocasiona. Como corretivo desta anomalia o meio de aumento da taxa de lucro, decidiu-se a introdução do pescado e outros produtos entre as atividades da unidade produtora.

O pescado justamente completa o ciclo da cebola, de vez que sua safra verifica-se exatamente na entre-safra desta. Como consequência, operando-se com pescado, evitar-se-á a ociosidade, durante 6 meses, do pessoal, prédios, instalações e capital-de-giro;

Durante o exercício de 1969, foram adotadas tôdas as providências visando tornar possível a instalação da indústria ainda no corrente ano.

Assim, após meticolosos estudos e gestões foi acertada a aquisição do conjunto de preparação de cebolas, cujo único fabricante no mundo a FJNJS N. V. Machinefabrick, da Holanda.

O referido conjunto compõe-se de sete fases, quatro das quais serão fornecidas por fabricantes nacionais, sob "know-how" holandês e as três restantes deverão ser importadas. A curto prazo, portanto, está prevista a concretização do objetivo fundamental — a montagem de sua indústria prevista para o corrente ano.

Ainda, para 1970, pretende-se a ampliação das instalações e equipamentos para a industrialização, em forma de conserva, de cebolinha e massa de alho temperado, com a finalidade de dar aproveitamento à cebola de tipo e alho, que não têm aceitação comercial na região.

A médio prazo, ou seja, para o exercício de 1971, projeta-se a instalação de equipamentos para a transformação de resíduos, provenientes do parque industrial, em adubo orgânico e a obtenção, dos mesmos resíduos, de gás metano, a ser usado como combustível industrial. Para dar-se aproveitamento ao alho chamado tipo "Macho", sem qualquer aceitação comercial, deverá-se promover, utilizando desidratador piloto de propriedade do Estado, a sua industrialização, devendo-se, para tanto, providenciar, no exercício, nas necessárias instalações acessórias.

Planeja-se, ainda, a instalação de depósitos e câmaras de embalagem nos principais centros consumidores, destinados a manter estoques de produtos industrializados e "in natura", para pronta entrega, bem como a evitar a dupla incidência de fretes sobre as embalagens.

Estuda-se, por outro lado, a ampliação das instalações para beneficiamento e industrialização de camarão e peixe.

Para 1972, projeta-se dar início à ampliação das instalações destinadas à desidratação de cebola, até atingir-se o dôbro da capacidade inicial, ou seja, 25 ton/dia.

Prevê-se, também, a instalação de equipamentos para a obtenção de farinha e óleo de peixe, bem como a execução de projeto similar ao da cebola, destinado a resolver o problema de outro produto de alta perecibilidade, a batata.

PRODUÇÃO DE AÇOS FINOS

A filosofia que presidiu a criação da Aços Finos Piratini se traduz na conjugação de oferecer-se uma utilização nobre para o carvão gaúcho constatada em quantidade suficiente para utilização industrial e relegada a plano inferior pela sua substituição; afora aquêles que já se desenvolveram ou, ainda, tiveram mente, a de contribuir de maneira direta e indireta, mas sempre vigorosamente, para a intensificação do processo de desenvolvimento do Estado.

O alcance social da realização de tão magno empreendimento, afora as oportunidades diretas e indiretas de emprêgo, também já referidas, se confunde, hábil e satisfatoriamente, com a perspectiva tecnológica que se abre para o Estado. Efetivamente, é bastante conhecida a qualidade da mão-de-obra rio-grandense, mercê da contribuição trazida pela nossa excelente colonização; afora aquêles que já se desenvolveram ou, ainda, tiveram colocação imediata e à altura, resta no Estado um expressivo resíduo fértil, muitas vêzes latente, à espera de um impulso, de um apoio, de elementos que permitam o seu desenvolvimento; a matéria-prima que produzirá, de alta qualidade e a preços e prazo normais, será o elemento que estava faltando para a transformação dêsses incontáveis artesanatos mecano-metalúrgicos verificados, em substanciais fatôres de sadia produção. Aumente-se a arrecadação estadual, amplie-se a faixa da oferta de emprêgos, introduza-se moderna tecnologia no parque do setor, estimule-se a capacidade reconhecida da mão-de-obra regional, e teremos o verdadeiro significado da obra.

Quanto à sua entrada em operação, a mesma está prevista para meados de 1973.

Então, a Aços Finos Piratini contribuirá vigorosamente para a arrecadação do Estado, estimando-se que sua participação seja, em termos atuais, de cerca de 20% da sua renda industrial. Oferecerá, ainda, ao mercado de trabalho regional, oportunidade de 1.500 emprêgos diretos, na sua usina, e mais cerca de 400, que serão necessários à obtenção do carvão que utilizará. Indiretamente, estima-se — com dados da ONU — que haverá oportunidade de 15.000 novos emprêgos na indústria mecano-metalúrgica de transformação.

O demonstrativo da situação atual referente ao Capital Autorizado é o seguinte:

TOMADORES	%	VALOR
UNIÃO	57,30	43.587.990,00
REALIZADO	30,84	23.461.990,00
A REALIZAR	26,46	20.126.000,00
ESTADO	37,70	28.684.210,00
REALIZADO	16,98	12.915.800,12
A REALIZAR	20,72	15.768.409,88
PARTICULARES	5,00	3.803.800,00
REALIZADO	0,13	97.712,74
A REALIZAR	0,09	66.157,26
PENDENTE	4,78	3.639.930,00
CAPITAL AUTORIZADO	100,00	76.076.000,00

No ano de 1969 foram aplicados NCr\$ 9,4 milhões, em valor real, somando, assim, os investimentos no período 1962 — 1969 a quantia de NCr\$ 41 milhões, também em termos reais.

TURISMO E RECREAÇÃO

Dentro da política do governo federal que promove, por via de incentivos fiscais, a abertura de novas frentes de riqueza para o país, a função turismo teve equacionamento realista. A criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) deu à atividade governamental a possibilidade de aquilatar o interesse público maior ou menor existente nesse serviço, propiciando a canalização de recursos para programas e projetos do setor privado capazes de imprimir presença atuante ao turismo no contexto econômico nacional.

Faz parte do homem a curiosidade e o desejo de recreação. E os programas de preenchimento das horas de lazer, notadamente nas nações desenvolvidas, se já dão significado econômico ao turismo, bem amostram a importância crescente que esta atividade adquire no contexto social.

As potencialidades do continente brasileiro nesse setor são incomensuráveis e a consciência disso formulou o incentivo fiscal procurando apressar a execução de serviços que acolham o crescente fluxo turístico que se estabelece em nossa terra. Uma sólida infra-estrutura material que vai se evidenciando no sistema viário, nas comunicações, na força elétrica, propicia de forma crescente o turismo interno, o que facilita, pela demanda, a realização de empreendimentos hoteleiros e recreativos que acolham cada vez melhor e em maior quantidade brasileiros de todas as latitudes. E esses empreendimentos passam a visar o turista de outras terras na adaptação de serviços à exigências internacionais com o atrativo maiúsculo da nossa rica natureza que oferece desde a mata tropical até a montanha nevada.

O Rio Grande do Sul junta a beleza da terra com a riqueza da tradição sempre viva, oferecendo aos irmãos do norte e do Prata aquêlê atrativo que peculiariza uma região — polo de turismo — e a compreensão dessa potencialidade já é presença na atividade empresarial do gaúcho.

O órgão governamental ao qual está afeta à assistência ao turismo procura fornecer àquele apoio que o poder público há que dedicar ao aperfeiçoamento dos serviços de acolhida ao visitante, seja mediante a divulgação de atrativos naturais ou a promoção de festas que merecem atividades laborais típicas das diversas regiões do Estado. Outrotanto, a defesa desse patrimônio turístico é preocupação permanente do órgão, que vai assegurando ao nosso Estado o surgimento de parques turísticos de grande significado natural para nossa tradição cultural.

A sistemática presença de fotografias em stands de exposições de caráter nacional e internacional, apregoando belezas da terra; o estímulo à criação de órgãos especializados nos municípios e a associações turísticas que abrangem regiões; a realização de diversas obras de melhoramentos em parques, parques e próprios que constituam atrativo; a elaboração do Calendário Turístico do Rio Grande do Sul, atualizado ano a ano; eis algumas das medidas de apoio e incentivo promovidas na área governamental, às quais pode-se aditar, ainda, a permanente assistência às agências de turismo, hotéis, conselhos municipais, a presença em convenções e congressos e a hospedagem e atendimento à caravanas nacionais e estrangeiras, que em número crescente buscam o Estado, aqui deixando divisas e ICM.

A recreação pública que revista formas de aculturação é tema que vem interessando o govêrno do Estado, pelo sentido elevado de complementação do processo educativo e por sua natural conotação com o turismo.

Os cuidados na difusão da arte, através, especialmente, da manutenção de uma fundação que assegura a presença da música erudita ao povo em geral, por via de permanente programação de concertos e outros espetáculos, diz bem dessa preocupação, que acrescenta a essa atividade governamental museus de artes, museu histórico, teatro que acolhe espetáculos de elevado cunho cultural, discoteca especializada, além de recantos ao ar livre como parques, belvederes e o magnífico parque zoológico, atrativo sadio de crianças e adultos, que se amplia em iniciativas que crescem dia a dia, não apenas as espécies animais, mas também a receptividade natural do ambiente.

ÓRGÃOS EXECUTORES

ATIVIDADES
ÁREAS
FUNÇÕES

ÓRGÃOS EXECUTORES

1. — ATIVIDADE DE INFRAESTRUTURA

1.1 — MATERIAL

a) Energia e Comunicações

Secretaria de Energia, Minas e Comunicações

Cia. Estadual de Energia Elétrica

Depto. Autônomo do Carvão Mineral — Cia. Riograndense de Mineração

Cia. Riograndense de Telecomunicações

b) Transportes

e

Armazenagem

Secretaria dos Transportes

Depto. Autônomo de Estradas de Rodagem

Depto. Estadual de Portos, Rios e Canais

Depto. Aeroviário do Estado

Cia. Intermunicipal de Estradas Alimentadoras

Secretaria da Agricultura

Comissão Estadual de Silos e Armazéns

- b) Coordenação e Planejamento
Secretaria de Coordenação e Planejamento
Secretaria das Obras Públicas
- c) Interior, Justiça e Defesa Judicial do Estado
Secretaria do Interior e Justiça
Consultoria Geral do Estado
- d) Administração Financeira
Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do R. G. Sul S/A.
Caixa Econômica Estadual do R. G. Sul
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo — Sul
- e) Estatística, Pesquisa e Tecnologia
Depto. Estadual de Estatística
Fundação de Amparo à Pesquisa
Instituto Tecnológico do R. G. Sul
Centro Eletrônico de Processamento de Dados
- f) Obras Públicas
Secretaria das Obras Públicas

- b) Coordenação e Planejamento
Secretaria de Coordenação e Planejamento
Secretaria das Obras Públicas
- c) Interior, Justiça e Defesa Judicial do Estado
Secretaria do Interior e Justiça
Consultoria Geral do Estado
- d) Administração Financeira
Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do R. G. Sul S/A.
Caixa Econômica Estadual do R. G. Sul
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo — Sul
- e) Estatística, Pesquisa e Tecnologia
Depto. Estadual de Estatística
Fundação de Amparo à Pesquisa
Instituto Tecnológico do R. G. Sul
Centro Eletrônico de Processamento de Dados
- f) Obras Públicas
Secretaria das Obras Públicas

2. — ATIVIDADE ECONÔ-
MICA

2.1 — SETOR PRIMÁ-
RIO

a) Agropecuário
e Recursos
Minerais

Secretaria da Agricultura
Instituto Gaúcho de Reforma
Agrária
Grupo Executivo do Desen-
volvimento da Indústria da
Pesca

2.2 — INDÚSTRIA E
COMÉRCIO

a) Produção e
Comerciali-
zação

Secretaria da Indústria e Co-
mércio
Instituto Riograndense do Ar-
roz
Depto. Estadual de Abasteci-
mento do Leite
Instituto de Carnes
Açúcar Gaúcho S. A.
Produtos Gauchos S.A.
Aços Finos Piratini S. A.

b) Turismo

Serviço Estadual de Turismo

Í N D I C E

APRESENTAÇÃO	5
RELATO SÍNTESE DA AÇÃO GOVERNAMENTAL	
ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA	
MATERIAL	
Energia e Comunicações	
Energia elétrica	23
Energia Térmica — Mineração	31
Telecomunicações	33
Transportes	
Transporte Rodoviário	39
Transporte Hidroviário	43
Transporte Aeroviário	47
Silos e Armazéns	49
SOCIAL	
Educação e Cultura	53
Saúde Pública	57
Trabalho, Assistência Social e Habitação Social	63
Segurança Pública	67
Recuperação Social do Apenado	71
ADMINISTRATIVA	
Administração Pública	75
Coordenação e Planejamento	79

Interior, Justiça e Defesa Judicial do Estado

Interior e Justiça	83
Defesa Judicial do Estado e Assistência Jurídica	85
Administração Financeira	87
Pesquisa Científica, Tecnológica e Estatística	99
Obras Públicas	105

ATIVIDADES ECONÔMICAS**SETOR PRIMÁRIO**

Agropecuária e Recursos Minerais	109
Pesca	121

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Produção e Comercialização	125
Produção e Comercialização do Arroz	129
Produção e Comercialização do Leite	133
Produção e Comercialização de Carnes	137
Produção e Comercialização do Açúcar	139
Industrialização e Comércio de Produtos Agrícolas	143
Produção de Aços Finos	149
Turismo e Recreação	151
Orgãos Executores	153